



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 2177/11 - CÓDIGO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
EVENTO: Seminário	Nº: 0828/13	DATA: 13/06/2013
INÍCIO: 13h19min	TÉRMINO: 16h32min	DURAÇÃO: 03h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h14min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REINALDO FERRAZ - Coordenador-Geral de Serviços Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia.
MARCELO MINGUELLI - Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Acre.

SUMÁRIO: Seminário Estratégias para o Desenvolvimento da Pesquisa e da Inovação no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Seminário realizado no Auditório Internacional da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca — ENSP, na Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, no Rio de Janeiro-RJ.
Houve exibição de imagens.
Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há oradores não identificados.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. APRESENTADORA - Bom dia! Por favor, eu gostaria de solicitar que tomem seus assentos para darmos início à solenidade. *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, sejam bem-vindos ao Seminário *Estratégias para o Desenvolvimento da Pesquisa e da Inovação no Brasil*. Este Seminário é promovido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Bruno Araújo e outros. Ele institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e tem como objetivo criar subsídios para o aprimoramento do texto do projeto em análise pela Comissão Especial. A coordenação estadual está sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Deputado Edson Santos, autor do requerimento que deu origem a este evento.

Informamos que o Seminário está sendo transmitido *on-line*, em tempo real, pelo *site* do *Canal Saúde* e que será gravado, transcrito na íntegra e publicado no *site* da Câmara dos Deputados.

Convidamos para tomar assento à Mesa de abertura o Exmo. Sr. Deputado Federal, Relator da Comissão Especial, Sibá Machado *(palmas)*; o Exmo. Sr. Deputado Federal, idealizador deste evento, Edson Santos *(palmas)*; a Exma. Sra. Deputada Federal Jandira Feghali *(palmas)*; o Exmo. Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, Augusto Raupp *(palmas)*; o Ilmo. Sr. Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Gadelha *(palmas)*; e o Exmo. Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, aqui representando o Sr. Ministro, Carlos Gadelha. *(Palmas.)*

Gostaríamos de anunciar e agradecer a presença do Dr. Airton Coelho Vieira Junior, Secretário de Ciência e Tecnologia de Petrópolis; da Dra. Ada Gonçalves, representando o Presidente da FINEP, Dr. Glauco Arbix; do Dr. Vilmar Agapito Teixeira, Auditor Federal de Controle Externo, representando o Ministro Substituto André Luís de Carvalho, Relator do TCU; do Dr. Alejandro Hasslocher, Diretor do IPEC; do Dr. Domingos Naveiro, Diretor do INT; do Dr. Carlos Alberto Marques, Diretor Substituto do INT; do Dr. Rayne Felipe, Diretor de Farmanguinhos; do Vereador Eliseu Kessler, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; do Dr. Reinaldo Guimarães, Diretor de Propriedade Intelectual da ABIFINA; do Dr. João Alziro Jornada, Presidente do INMETRO; do Dr. Guilherme Horta, Diretor da COPPE-UFRJ; do Dr. Gerson Penna, Diretor da FIOCRUZ Brasília; do Dr. Hermano Castro, Diretor da ENSP; do Dr. Miguel Angelo Gaspar Pinto, Conselheiro do Clube



de Engenharia; do Dr. Fernando Veríssimo, Chefe de Gabinete da Academia Brasileira de Ciências; do Dr. Pedro Barbosa, Vice-Presidente de Gestão da FIOCRUZ; do Dr. Eduardo Leal, Diretor do INCQS; do Dr. Paulo César Castro, Diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; do Dr. Gilvan Ferreira, Vice-Diretor da DIRAD; do Dr. Paulo Garrido, Presidente da ASFOC Sindical; do Dr. Valcler Rangel, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da FIOCRUZ; do Dr. Jorge Bermudez, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da FIOCRUZ; do Dr. Luiz Antonio Antoniazzi, Presidente da CIENTEC; da Dra. Nísia Trindade Lima, Vice-Presidente de Ensino, Informação e Comunicação da FIOCRUZ; do Dr. Rodrigo Stabeli, Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da FIOCRUZ.

Convidamos o Dr. Paulo Gadelha, anfitrião deste Seminário, para dar início à abertura oficial.

O SR. PAULO GADELHA - Bom dia a todos e a todas! Este é um momento extremamente significativo, seja do ponto de vista do Rio de Janeiro, seja do ponto de vista acerca do que o País hoje está colocando como desafio no campo da ciência, tecnologia e inovação.

Eu gostaria muito de agradecer a iniciativa do Deputado Edson Santos de ter feito este requerimento e o acolhimento do Deputado Sibá Machado e também do Deputado Gabriel Chalita, que à última hora não pôde estar presente, ao acederem fazer aqui no Rio de Janeiro e na FIOCRUZ este encontro.

Nós cumprimentamos aqui a Deputada Jandira Feghali. Também deve estar chegando o Deputado Jorge Bittar, que garantiu sua presença, mas teve um problema de voo. Deve estar chegando a qualquer momento.

Temos o prazer imenso de contar aqui com a presença do Luiz Antonio Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a quem agradecemos o esforço de redefinição de agendas; do Augusto Raupp, aqui representando a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro; do Carlos Gadelha, companheiro de tantas lutas, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, representando aqui o Ministro Padilha; e de tantos outros aqui, essa pluralidade de representações do campo da pesquisa, do campo das empresas, do campo das instituições, que tem hoje, ao mesmo tempo, o desafio e o objetivo comum de pensar, como algo que já está dado, como



uma evidência e como um desafio central, o processo de desenvolvimento, um desenvolvimento com inclusão social, um desenvolvimento com sustentabilidade. E tem que pensar, necessariamente, no campo da inovação, na base produtiva, na forma como este País consegue resgatar e superar os grandes entraves que ainda vivemos, para que possamos expressar, da maneira mais plena, a capacidade de produção de conhecimento, a transformação desse conhecimento em resultados para a população.

E, nesse sentido, a iniciativa do Congresso Nacional de tratar a questão do Código de Ciência e Tecnologia, agora, já com a nova visão estratégica, vai ser muito explanada e muito colocada, do ponto de vista de que nós já temos uma necessidade de definir que grandes áreas e grandes pontos são os mais relevantes, para enfrentarmos, de maneira pragmática e com resultados a curto prazo, aquilo que essa plêiade, essa pluralidade de entidades e movimentos nacionais estão a exigir das transformações do ponto de vista da legislação e do Estado brasileiro.

Eu queria, muito brevemente, dizer que, para a Fundação Oswaldo Cruz, este é um momento também muito significativo, seja porque, pelas características que essa instituição tem, ela se coloca numa interface de modo a ser caracterizada, ao mesmo tempo, como uma instituição de ciência e tecnologia e uma entidade que trabalha como uma empresa de inovação.

Essa característica mista, também presente em outras instituições — um dos exemplos significativos é a EMBRAPA —, faz com que esse lugar da FIOCRUZ coloque uma série de percepções, vivências e formas de articulação entre o campo da produção de conhecimento e o campo da inovação, mas já nessa ponta do desenvolvimento tecnológico, da produção, de uma maneira muito especial.

A outra questão, também, é o fato de que a saúde se coloca numa interface muito rica entre o campo social, porque essa é a nossa missão central, e o campo de pensar o processo do desenvolvimento produtivo e a base produtiva deste País, uma vez que qualquer tipo de pensar, utopias... E o nosso Sistema Único de Saúde, pela sua generosidade, traz uma concepção de universalidade, de equidade, de capacidade de responder às demandas da sociedade de uma maneira generosa. Essa utopia, esse processo em que nós todos estamos envolvidos há tantos anos não teria, não tem e não pode ter sustentabilidade se nós não estivermos dando a esse desenho uma base produtiva e uma capacidade de resposta do País, para que,



seja no campo da área de insumo, seja no campo da área de serviço, seja no campo da produção de conhecimento, consigamos dar sustentabilidade de uma forma compatível com a riqueza, com a capacidade do País de atender a esse desenho de um SUS tão generoso.

Para encerrar, eu queria dizer que este é também um momento inaugural de como o campo da saúde, num certo sentido, ao longo desse período, se colocou de forma mais setorizada. Um exemplo disso é como a Fundação Oswaldo Cruz, ainda no ano passado, no seu Congresso interno, num processo muito intenso, envolvendo todos os seus trabalhadores, debateu o que era então a proposta do Código de Ciência e Tecnologia e desenhou uma série de contribuições.

Hoje, temos evidências de que a saúde como um todo precisa estar muito mais próxima e com muito maior capacidade de interação e de proposição com relação ao desenho deste PL e ao desenho, portanto, daquilo que possa vir a ser as inovações que são necessárias no campo do aparato legislativo e da reforma do Estado brasileiro no campo da ciência, tecnologia e inovação. Daí a presença de Carlos Gadelha, a presença do Ministério.

Neste momento, eu tenho absoluta certeza de que estaremos com a capacidade de organizar e traduzir cada vez mais essa especificidade, essa realidade no campo da saúde, no do campo da ciência, tecnologia e inovação.

Enfim, quero dar as boas-vindas e agradecer muito a presença de todos. O mais produtivo disso tudo será, sem dúvida, o momento que se segue com apresentações de natureza técnica e contribuições.

O Deputado Edson Santos brincava, nesses dois momentos da organização do nosso encontro, que esta primeira Mesa, de natureza mais política, é um pouco o momento em que nós colocamos as nossas utopias, e o segundo momento é como vamos começar a traduzir essas utopias na realidade, na viabilidade, nos aparatos, nas formas como elas se manifestam. Eu tenho absoluta certeza de que essa articulação é fundamental.

Ao pensar pragmaticamente inovações setoriais e focais, nós não podemos perder sempre a dimensão de como esses processos são instrumentos e estão articulados numa visão mais ampla da utopia, do que pensamos sobre a sociedade, sobre o País, sobre o desenvolvimento nacional e sobre como a forma de articular a criação, o pensamento e a resposta de demanda da sociedade brasileira se dá num



aparato acolhedor, num aparato que estimule, num aparato que não seja considerado muito mais como barreiras, como incompreensão da necessidade de que tenhamos um novo salto no País com relação ao campo da ciência, tecnologia e inovação.

Muito obrigado aos Deputados, muito obrigado a vocês todos. A Fundação Oswaldo Cruz se sente muito honrada de poder estar contribuindo com tantos parceiros nessa empreitada.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Como eu vou ter um tempo na próxima Mesa, gostaria apenas de cumprimentar todos e agradecer-lhes muito o momento.

Quero agradecer à nossa Comissão por confiar a mim esta relatoria. Tenho dedicado boa parte de meu tempo para estudar melhor o tema.

Cumprimento o Deputado Edson Santos, que é membro da Comissão, autor do requerimento, por fazermos o debate em um dos grandes centros do pensar brasileiro nessa área, que é o Estado do Rio de Janeiro, e todo o conjunto de instituições que trabalham no ramo.

Cumprimento aqui a nossa Deputada Jandira Feghali, que já no avião me alertava acerca de alguns cuidados que a gente precisa ter, especialmente na hora de elaborar a proposição. Mais que elaborar, é preciso negociar e, depois de negociar, aprovar e sancionar as ideias que estão sendo trabalhadas. Eu, desde já, agradeço-lhe muito a experiência em outras situações, porque ela viveu realidade parecida.

Está presente o nosso Secretário Carlos Gadelha, e eu acho que o Ministério da Saúde precisa realmente estar junto conosco. Até então a gente não tinha conversado de perto, para valer. Eu compreendo agora que nós temos que nos envolver. Ele precisa ceder alguém da equipe para nos ajudar.

Quero cumprimentar o Dr. Paulo Gadelha, que é o nosso anfitrião, e dizer da impressão que eu tive da FIOCRUZ. Eu ouvia o nome FIOCRUZ, mas não tinha a dimensão do que era a Fundação, instituição que faz um trabalho há 113 anos — um visionário que desde o começo, contra tudo e contra todos, enfrentou essas



barreiras todas e chegou até aqui com essa grande contribuição. É por isso que eu digo que ciência começa com loucura. Primeiro, loucura; depois a paixão, por fim outras coisas.

Aqui, o Dr. Elias, que tem sido, assim, uma alma para essa discussão como um todo. Eu tenho de vez em quando me aconselhado também com ele, que toma todos os cuidados do mundo para não interferir em coisas que...

Eu só queria rapidamente lembrar que sobre essa ideia, antes de ela chegar na Câmara e no Senado, nós tínhamos feito um apelo ao Ministro — na época era Aloizio Mercadante — para que a transformasse em uma medida provisória. E ele foi contra. Ele disse:

“Olhem, se botar na medida provisória, corremos o risco de não colocar o conjunto da necessidade. Segundo, o tempo de uma medida provisória; na hora em que ela vai para o Diário Oficial, começa a valer. Ela vai para o Congresso e se mistura ao clima do Congresso, e nós não teremos tempo de fazer uma discussão com um setor que tanto precisa e quer participar com a clareza e a maturação que se fazem necessárias”.

Então, ele quis dizer o seguinte: *“Façam um projeto de lei, virem-se, pois assim vocês terão tempo de discutir melhor”.* Eu fui contra, fiquei chateado, mas hoje eu digo que ele tinha razão, e quero até depois pedir desculpas a ele.

O senhor é o Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Portanto, quero agradecer também ao Governo do Estado. Desde a época da discussão sobre o biodiesel, a gente tem uma parceria no debate com a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Então, vai ser muito boa a nossa parceria.

Por fim, várias pessoas têm ajudado bastante este Relator. Eu vou pedir depois uma salva de palmas a todos. Vou ver se eu me lembro dos nomes. O Ferraz tem nos ajudado; assim também a Catarina; a Cristina; o Prof. Marcelo, que é Secretário de Ciência e Tecnologia do nosso Estado do Acre; o Gessildo, que tem tido uma paciência de Jó comigo; e tantos outros aqui. E quero agradecer a uma acreana de coração, a Tânia, da família do nosso poeta J. G. de Araujo Jorge, grande poeta acriano.



Então, amigos, era isso. Depois nós vamos passar para o assunto prontamente dito. Hoje este Relator quer mais é ouvir.

Mas antes vou só colocar um ponto aqui sobre até onde nós chegamos. Aquele PL original, o 2.177, de 2011, já recebeu uma série de sugestões. Já tivemos diversas audiências públicas. Para não ficarmos voltando sempre ao começo, daqui a pouco eu vou apresentar o acumulado até aqui. Depois, a gente abre a discussão. Será aberta, todo mundo pode falar. De preferência, depois de falar, podem todos escrever. Nós vamos deixar todos os nossos endereços eletrônicos aqui, para facilitar as nossas montagens com a equipe que está nos ajudando lá.

Era isso.

Depois eu vou falar de estratégia, de condução, de como vai ser o processo, para não tomar muito do nosso tempo.

Muito obrigado. E viva o Flamengo, o melhor time do Brasil! *(Palmas.)*

(Não identificado) - Deputado, eu ia bater palmas, mas parei no final. *(Risos.)*

A SRA. APRESENTADORA - Registramos e agradecemos a presença da Dra. Telma Salles, Presidente da Pró-Genéricos; do Dr. Jorge Ávila, Presidente do INPI; do Dr. João Barbosa, Diretor da Ouvidoria FIOCRUZ; e do Dr. Marcos Musafir, Diretor-Geral do INTO.

Com a palavra a Exma. Sra. Deputada Federal Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Bom dia.

Eu não tinha nem noção de que ia haver uma Mesa de abertura, o que acaba tomando muito tempo. Na verdade, acho que o objetivo aqui é muito mais bebermos na fonte do que falarmos.

Eu fui convidada pelo Paulo Gadelha para participar desta audiência pública e fiquei feliz, porque essa ponte com a saúde, ciência e tecnologia e inovação é muito decisiva para quem, como os senhores, pensa o Brasil, a sociedade, a possibilidade de benefício ao povo brasileiro.

A Comissão Especial vai cumprir um papel muito decisivo no Congresso Nacional. E o Governo, ao encaminhar um projeto de lei, pensa, na verdade, um modelo de desenvolvimento, porque o que está em debate aqui é que modelo de desenvolvimento terá o Brasil.



Penso que esta discussão é muito decisiva para nós: se nós vamos manter uma desigualdade produtiva; se nós vamos ou não agregar conhecimento no nosso modelo de desenvolvimento; teremos que grau de soberania, que grau de desenvolvimento tecnológico, que grau de disputa competitiva, de inovação; como nós vamos chegar ao povo brasileiro; se nós vamos ou não participar de um processo em que prevaleça a nossa criatividade, a nossa capacidade de inovar e de gerar novos processos tecnológicos; com que apoio, com que sustentação, com que fomento, com que orçamento, com que tipo de visão, inclusive ideológica, este País vai fazer a sua opção de se desenvolver. Eu acho que essa é uma opção que o Congresso Nacional, a sociedade brasileira precisa fazer, e essa é a discussão que nós vamos fazer aqui. Isso envolve tudo: envolve a biodiversidade brasileira, envolve todos os processos da vida.

Quando eu assumi o cargo de Deputada Federal novamente — voltei para o Congresso Nacional em 2011 —, de todo o debate de saúde na Comissão de Seguridade tentei ali pinçar um dos aspectos da saúde, que foi criar a Subcomissão do Complexo Industrial em Saúde pensando os insumos em saúde, que era uma matéria muito órfã dentro do Congresso Nacional. Ouvindo ali diversos Ministérios, diversas instituições, nós inauguramos na FIOCRUZ esse debate. Fomos a universidades, giramos um pedaço do País, produzimos um relatório enorme, com seis projetos de lei, dezenas de indicações do Executivo e temos acompanhado isso.

Acho que o Ministério da Saúde evoluiu muito no seu trabalho. O Carlos Gadelha está aqui, e acho que merece muito o nosso reconhecimento pelo seu trabalho dentro do Ministério, pelo que produz. E hoje o trabalho dele cresceu, e assim também a FIOCRUZ, juntamente com esse trabalho. Nós vamos reinstalar essa Subcomissão agora no dia 26, porque esse trabalho dentro do Congresso não pode parar, é uma parceria muito importante.

Acho que hoje a única audiência pública no campo da saúde é esta aqui na FIOCRUZ. E aí eu quero parabenizar o Deputado Edson Santos, que da Comissão Especial puxa para cá esse debate, e o Deputado Sibá Machado, que tem uma visão ampla do processo. Obviamente, esse projeto de lei vai ter que pensar este País inteiro, em todos os campos. Não é um trabalho fácil, é muito complexo, é muito difícil, porque é pensar esse conjunto.



Nós viemos inclusive conversando: “E a defesa? E a PETROBRAS? E os biocombustíveis?” É preciso ter um cabeção, vamos dizer assim, para pensar e ouvir, porque, de fato, é o modelo de desenvolvimento nacional que está sendo pensado, para onde nós vamos. E hoje eu penso que essa discussão ainda é rebaixada na sociedade brasileira.

Esta Comissão, junto com o MCT... O Elias tem sido um absoluto guerreiro, um combativo embandeirado desse processo nas diversas gestões no Ministério. Eu acho que esse é um trabalho hercúleo, mas que necessariamente precisa ser feito para termos uma visão estratégica deste País. Essa é uma contribuição fundamental do Congresso junto com essas parcerias que estão aqui presentes.

Espero que esta audiência contribua muito para focar um pedaço importante do campo da saúde, mas certamente esse projeto pensará o Brasil inteiro. E nós esperamos poder colocar um pedacinho. No que pudermos contribuir, estaremos juntos aqui.

E o grande objetivo desta audiência é ouvir muito, beber muito para errarmos o menos possível. Errar nós sempre erramos, mas, errar menos, ouvindo os senhores, é o nosso papel.

Obrigada. E sucesso à audiência pública! (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Subsecretário Augusto Raupp.

O SR. AUGUSTO RAUPP - Bom dia a todos.

Eu vou falar rapidamente para começarmos os trabalhos.

Em nome do Secretário Gustavo Tutuca, eu queria agradecer aos Deputados que trouxeram esta discussão para o Rio de Janeiro. Acho muito importante. Eu, que milito na área de inovação há algum tempo, já estou vendo vários colegas aqui que conosco têm brigado por transferência de tecnologia, por desenvolvimento e inovação aqui no Estado e no Brasil como um todo. Então, gostaria de agradecer aos Deputados e ao Sr. Paulo Gadelha a atenção em nos receber.

Eu estou muito feliz em estar de volta aqui a esta casa, que no ano passado me recebeu. Fiquei 1 ano aqui na FIOCRUZ. Acho que um dia volto a trabalhar com os senhores. Aliás, estamos sempre juntos no Governo do Estado, trabalhando no Estado.



Então, era isso, obrigado pelo convite. Eu acho que temos as pessoas certas aqui para fazer esta discussão. Espero que seja bastante proveitosa.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Secretário Carlos Gadelha.

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA - Bom dia a todos.

Eu queria aqui saudar, mais uma vez, o Paulo Gadelha e toda a Comissão do Congresso. Eu ia brincar chamando o Paulo Gadelha — que foi colega de Vice-Presidência, depois virou Presidente e me convidou para ser Vice dele — de meu irmão. “*Aí o pessoal vai achar que nós somos irmãos, e vai dar um problema danado*”, eu disse a ele. (*Risos.*) Então, eu não posso dizer “meu irmão”. Nós não somos irmãos. (*Risos.*) Mas, enfim, de coração, sim. É realmente uma trajetória muito feliz. Em toda a minha carreira aqui na FIOCRUZ, nós estivemos juntos, e há uma marca ainda de toda essa política nacional.

Aqui, o meu colega Elias, no Governo Federal. Realmente estou numa Mesa cheia de amigos. Estamos sempre juntos, também desde a época de atividade de pesquisa ali na UFRJ. E podemos ter a oportunidade de transformar muitas das ideias em políticas reais, concretas. É realmente muito bom trabalhar com a equipe do MCT. Eu estava aqui comentando que cometi uma derrapagem, vamos dizer assim, porque eu brinquei numa reunião dizendo que eu me sentia Secretário de dois Ministérios. (*Risos.*) Porque realmente há uma convergência muito grande.

Aqui, do Estado, o Sr. Augusto Raupp, de quem eu estou começando a me aproximar agora. Mas tenho certeza de que vamos ter uma grande trajetória e um caminho a percorrer juntos, porque o Rio está no centro da estratégia nacional. Vamos ter agora um evento do grupo executivo voltado para biotecnologia, na semana que vem, e o Rio tem um papel muito importante nesse processo, obviamente assim como a FIOCRUZ, o Instituto Vital Brasil e as empresas que estão aqui instaladas.

Eu estava brincando com os Deputados Sibá Machado e Edson Santos. Eu dizia que esta reunião já valeu, entre várias outras coisas. Um reclamou do outro que não havia sido convidado, e o Deputado disse: “*Então estamos juntos*”. Eu já digo que estou com o meu assessor, o Leandro, tenho nome e sobrenome para



dizer quem vai acompanhar esse processo. Mas eu também vou acompanhá-lo pessoalmente, já que nos convidamos para todos fazermos parte dele.

Dou todo um destaque para a Deputada Jandira Feghali, porque acho que S.Exa. tem uma convergência de alma, de visão. Acho que todo o seu trabalho no Congresso não é pequeno. Metade do orçamento que temos para o complexo industrial da saúde vem do trabalho da Subcomissão, é uma visão que une saúde, desenvolvimento e uma afinidade de ideias. O que estamos discutindo é muito mais do que produto, medicamento, vacina. Estamos discutindo desenvolvimento do País, que País nós pretendemos. E, realmente, sem o apoio do Congresso, simbolizado pela Deputada Jandira, não teríamos avançado. Agradeço a S.Exa. de coração todo esse processo.

Queria destacar, em nome de todo o setor privado comprometido, a presença do Sr. Nelson Brasil, que é um ícone. Já me disseram: *“Perdemos a Farmoquímica”*. Isso é um escândalo. Não perdemos nada. Nós não podemos estar em cima do pré-sal e dizer que perdemos o produto de maior valor agregado de toda a cadeia química. Nós vamos entrar na biotecnologia e recuperar a Farmoquímica. É uma visão inconcebível achar que podemos ter o recurso mineral e não termos o fármaco neste País. Ele é um ícone de todo esse processo, e temos a honra de poder fazer jus ao resultado. Depois de tanta luta e esforço que vimos acompanhando nos últimos 30, 40 anos, agora começamos a ver resultados.

Nossa produção farmoquímica está crescendo, bem como nossas exportações, o déficit começa a parar de subir. Soube que o maior crescimento de patentes — estou vendo aqui o Jorge — depositadas nos Estados Unidos está sendo na área da saúde no Brasil. Eu já vou falar sobre isso.

Vou aproveitar 5 minutinhos para falar do Código, porque eu li tudo, eu me preparei bastante. Eu não estava no processo, e agora estou. Então, em 5 minutos, eu vou falar de algumas grandes coisas que acho importantes. Mas já está virando patente, inclusive, que eu acho que nem era ainda a nossa fase.

Além daqueles que representam a FIOCRUZ, o Sr. Domingos, do INT, e quem eu acho que está nesse processo todo, saúdo todas as instituições de ciência e tecnologia que estão aqui representadas. Estão aqui o Governo, o setor público e o setor privado comprometido e as instituições de ciência e tecnologia.



Vou levantar poucos pontos em 5 minutos. Acho que temos que pensar qual é o grande desafio desse Código: que o gesto represente a intenção. A intenção é sensacional: é dar base legal à ciência e tecnologia, assim como para a saúde, para que ela esteja — nós mudamos a lei de compra no País — num patamar diferenciado. Não podemos ficar pensando em fazer licitações tradicionais de Lei nº 8.666 para parceria tecnológica. Isso não funciona. Não é assim que vamos avançar. Como vamos colocar essa intenção, esse propósito, com o cuidado de que a lei e o marco regulatório contribuem para isso sem entrarmos em certas armadilhas ou em certas pegadinhas?

O primeiro ponto que eu queria situar é o próprio conceito de inovação. Se adotarmos um conceito de inovação que é só nova molécula, que o Brasil só vai ter tratamento diferenciado, aquilo que estiver na fronteira mundial, numa fase em que estamos em processo de alcance, num processo de esforço... Vou dar o exemplo da biotecnologia: fazer um produto similar hoje no Brasil é uma grande inovação. É feito um esforço imenso, e o Código tem que refletir que isso é uma grande inovação e tem que ter o aparato regulatório para favorecer esse tipo de inovação, é o conceito correto de inovação: fazer o que não fazíamos antes, fazer o que não sabíamos e agora passamos a saber. São 5 anos de esforço para reproduzir uma molécula biotecnológica já existente no mundo para a oncologia, por exemplo.

Isso tem que ser contemplado nessa visão de inovação. É a fase de desenvolvimento em que estamos. Senão podemos montar um aparato legal, e estamos comprometidos com isso, é maravilhoso o que está sendo proposto, mas quando formos ver o resultado, ele pode não estar condizente com o estágio de desenvolvimento que temos, por exemplo, no campo da saúde.

O segundo ponto é pensar nas empresas inovadoras, talvez liberando... Nós, no Brasil, temos que parar de ter medo de dizer: mercado nacional é patrimônio, ciência e tecnologia tem regime diferenciado, não vamos ter uma visão de penalização e de criminalização. Nós somos gestores públicos sérios, a ciência e tecnologia é séria, não podemos ficar acuados, tendo toda vez que explicar os passos que damos. Quem é bandido vai para a cadeia, é outra questão. Se colocarmos tantas salvaguardas e tantas defesas, não conseguiremos avançar. Não podemos ter mais medo de ficar acuados. Quando os Estados Unidos estavam em crise, o Presidente Obama sentou com as empresas americanas e disse: “Como a



gente sai da crise? Eu vou injetar recursos em mercado público para vocês". Eu acho que não podemos ficar acuados e justificar o que temos para fazer e que é certo. Precisamos ter cuidado com excesso de salvaguardas, da visão de penalização, de criminalização, porque podemos acabar criando armadilhas que não nos deixem avançar.

No campo das empresas, além de criarmos instituições C&T privadas, que as empresas inovadoras, as quais são às vezes pequenas e não têm base institucional para criar organismos diferenciados, possam sim ter recursos de subvenção econômica para assumir o risco tecnológico. Que não seja preciso criar mecanismos que podem burocratizar o processo que nos impeçam de avançar. Estou falando com muita franqueza de algo que é muito bom que está colocado na mesa.

Sei que a comunidade científica não gosta de ouvir o que vou dizer, mas tenho obrigação de fazê-lo: não sou feliz em termos que importar tudo o de que precisamos para fazer pesquisa. Eu não acho isso bacana. A meu ver, se temos um projeto de longo prazo, temos que começar a produzir os insumos estratégicos de pesquisa neste País.

Não basta colocarmos o mecanismo — que deve ser colocado — de facilitar, de desburocratizar, de agilizar as importações, mas também devemos ter uma visão de começar a se produzir no País, com qualidade, atendendo aos requerimentos da comunidade científica. Que isso não seja um desestímulo para desverticalizarmos a cadeia da ciência, tecnologia e inovação deste País. Temos que ter coragem também de dizer isso e de debater com a comunidade científica. Não é possível que eu entre num laboratório de alta tecnologia e de pesquisa e olhe para os lados e veja que tudo é importado. Tudo! Tudo! Tudo! Não que tenhamos que produzir tudo no País, mas podemos ter alguns insumos estratégicos que usamos em pesquisa, equipamentos, reagentes químicos e biológicos, etc. e tal. Cito o exemplo de diversos projetos que temos apoiado, como a criação de bancos de biotecnologia no Brasil. Nós temos que ter uma visão de abrir espaço para uma política científica que não seja tão dependente de importações. E junto com todos os instrumentos de importação, devemos ter também instrumentos que incentivem a produção de insumos estratégicos no País, sendo coerentes com toda a política que vê o mercado como patrimônio do Brasil.



Eu queria colocar grandes questões, que vão desde o conceito de inovação, que tem que ser amplo, como é na OCDE, como está no conceito do IBGE: fazer o que não se fazia antes é inovação. Isso é central em todo o Código.

As instituições, às vezes, têm visão muito acuada do uso do mercado, da liberdade que se tem para trabalhar no mercado e das questões relacionadas à própria cadeia produtiva da ciência e tecnologia. E que haja um marco que veja que a inovação ocorre. Quem dá o salto para transformar conhecimento em produto é empresa pública e empresa privada comprometida. Não podemos confundir os papéis e, ao mesmo tempo, integrar os atores nessa estratégica.

Desculpem-me porque eu falei um pouquinho mais do que o previsto nesta abertura. Eu não sabia como estava organizado o seminário. Mas eu não poderia deixar de dar uma mensagem para pagar um pouco a dívida de ainda não ter colaborado com o Código Nacional de Ciência e Tecnologia.

Obrigado a todos. É uma honra participar deste evento. Hoje a ciência, tecnologia e inovação tem o olhar do Ministro Padilha. S.Exa. falou para mim pessoalmente: *“Eu quero uma agenda lateral no Ministério da Saúde”*. Hoje ele está na agenda central da Política Nacional de Saúde. Ouvir isso do Ministro talvez tenha sido um momento de felicidade, bem como ver os dados: usamos 5 bilhões do mercado público para estimular a inovação; pudemos quadruplicar o orçamento, com o apoio do Congresso, para ciência, tecnologia e inovação.

Eu posso dizer o seguinte: ciência, tecnologia e inovação talvez seja hoje a grande agenda da saúde pública do século XXI. Então, temos a obrigação de participar dela. Aceito o convite. Contem conosco nesse processo. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Secretário Luiz Antonio Elias.

O SR. LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS - Muito obrigado. Bom dia a todos e a todas. A minha presença aqui é de compromisso com esta agenda, de compromisso com esse projeto de lei, de compromisso com a realidade de implementação efetiva de questões da ciência e tecnologia para o crescimento do País.

Nesse sentido, quero agradecer ao Dr. Paulo Gadelha o convite para que estivesse presente mais uma vez nesta Casa do conhecimento, para o Ministério expor algumas ideias e perspectivas em relação ao marco legal, que, na verdade,



não é um código. Pretendemos que seja não fragmentado, mas uma identificação clara de prioridades, porque o Código demandaria tempo enorme para tramitação, e teríamos que apartar um conjunto de leis. É necessário que tenhamos uma integralidade do processo.

Quero agradecer também o convite ao Deputado Sibá Machado, que tem sido incansável na discussão dessa agenda conosco, na perspectiva de termos de fato um marco legal que destrave um conjunto de amarras na agenda de ciência e tecnologia.

Quero cumprimentar a minha querida amiga Deputada Federal Jandira Feghali. Na verdade, eu tenho sido apenas um soldado disciplinado do Presidente Lula e da Presidente Dilma e hoje do Ministro Raupp, na busca de cada vez mais fazer com que essa agenda seja decisiva. Eu acho que nós temos conseguido êxito. Para os senhores terem ideia, este ano teremos quase 13 ou 14 bilhões de reais — é o quarto orçamento da Esplanada — no Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa é uma realidade que vem sendo construída desde o Presidente Lula, do Ministro Eduardo Campos, do Ministro Sérgio Rezende, do Ministro Aloizio Mercadante e, agora, do Ministro Marco Antonio Raupp, para que pudéssemos chegar a esta realidade, principalmente pela voz afirmativa da Presidente Dilma que, de forma determinada, não colocou nenhum contingenciamento no FNDCT.

Quero cumprimentar o Deputado Edson Santos, que tem sido um parceiro na agenda do Rio de Janeiro, na agenda de pensar, desde que estive na Subsecretaria de Desenvolvimento Social, quando o conheci. Trabalhei enormemente com S.Exa. no sentido de construir uma agenda que melhorasse a mobilidade, as vias de transporte, a questão social e de empreender um esforço significativo junto às comunidades do Rio de Janeiro para olhar a ferramenta da ciência e tecnologia como uma ferramenta inclusiva. Sob esse aspecto, o Deputado Edson Santos foi incansável nessa discussão.

Quero cumprimentar os meus parceiros de Governo e estendo os meus cumprimentos não só ao Sr. Gadelha, que tem trabalhado exaustivamente comigo na estratégia de articular a política de saúde com a política de ciência e tecnologia, olhando não só as questões de infraestrutura científica, da formação de recursos humanos, mas também da capacidade de equipamentos e do conteúdo local, mas



também ao meu amigo Domingos Naveiro que está aqui, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Quero também cumprimentar o Sr. Augusto Raupp, que hoje está na Subsecretaria, Secretário-Adjunto da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

Eu havia comentado antes com a Deputada Jandira que eu precisava cumprimentar todos da plateia. Não posso deixar de fazê-lo, diante de uma pessoa que influenciou decisivamente não só a minha trajetória profissional mas também a minha trajetória no sentido de olhar essa agenda como uma agenda estratégica para o País. E o faço, permitam-me todos da plateia, na pessoa do Sr. Nelson Brasil, da ABIFINA, que está presente.

Quero contextualizar um pouco essa questão. Serei também muito rápido, porque considero que o importante é ouvirmos todos que estão aqui e trabalharam exaustivamente, não só o Ferraz, que trabalha comigo, mas todos que também trabalharam exaustivamente na construção dessa agenda.

O Deputado Jorge Bittar está chegando. *(Pausa.)*

Eu estava falando sobre como essa agenda surgiu. Na verdade, quando nós construímos o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, ainda com o Ministro Sergio Rezende — em articulação com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa e um conjunto de parceiros locais, articulação na qual a FIOCRUZ foi envolvida diretamente —, era necessário que fizéssemos uma articulação com a política industrial. Portanto, precisávamos pensar o plano de ciência e tecnologia com a política de desenvolvimento produtivo.

Nesse sentido, com relação àquilo que o Sr. Gadelha falou — a questão do conteúdo local, a questão das compras governamentais —, nós verificávamos que havia algumas restrições, um conjunto de restrições históricas ao nosso processo de crescimento, e que era necessário superá-las.

Nessas restrições, como todos nós sabemos, há uma dualidade muito grande e uma produtividade ainda baixa em relação ao que chamamos de alta intensidade tecnológica; uma restrição na coexistência de setores de baixa tecnologia e setores de alta tecnologia, portanto, era necessário aprofundar o processo de formação de recursos humanos.



Era necessário aprofundar o processo de articulação mais forte e estrutural com a política industrial, olhando a capacidade de compra governamental como eixo decisivo e indutor desse processo, assim como tivéssemos a capacidade de perceber aquilo que muitos chamam de nossa inadequabilidade institucional, ou seja, uma área institucional ainda fragmentada precisava articular melhor não só horizontalmente dentro do Governo, mas também verticalmente com todos os atores.

E havia também o marco legal. Nesse sentido, já no Plano de Ação em Ciência e Tecnologia, colocamos o marco legal como eixo dinâmico do processo de mudança, para de certa forma flexibilizar e ampliar essa questão.

Quando estruturamos a Estratégica Nacional de Ciência e Tecnologia com o Plano Brasil Maior, de novo o marco legal aparece como eixo dinâmico. E aí consultamos o Conselho de Secretários de Ciência e Tecnologia, as fundações de amparo à pesquisa, a ANDIFES, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para que pudessem nos ajudar a pensar uma nova estruturação de um marco legal. Queríamos que isso não fosse implementado pela via do Governo, mas sim pela via da sociedade; que o diálogo fosse o mais amplo possível; que permeasse todas as camadas e os atores que tratam dessa agenda; e que pudssemos, a partir disso, chegar a um consenso das prioridades que poderiam estar postas.

Nesse sentido, foi apresentado um primeiro movimento, quando houve um embate conceitual muito grande, como Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que lá está. Como código, percebemos logo — e o Relator Sibá Machado foi decisivo nessa questão — que não poderia tramitar, porque levaria um tempo enorme. E não só isso: ele fragmentaria, como eu disse, um conjunto de leis. Mas não poderíamos deixar de ter a agenda estruturada para olhar o marco legal em algumas etapas decisivas.

Rapidamente, retomo algumas questões que o Sr. Gadelha apresentou.

Regime diferenciado de compras: temos que influenciar fortemente a diferenciação de compras para esta agenda, olhando a questão da Lei nº 8.666, de 1993, explicando especialmente aos órgãos de controle que nós não estamos comprando parafuso nem cimento nem qualquer outra coisa semelhante. Nós estamos tratando de algo intangível, que tem uma envergadura e uma dimensão



completamente diferenciada, e precisamos ter uma flexibilidade enorme com relação a essa questão — e isso vai nos ajudar enormemente a ter o poder de compra de fato como indutor do processo.

Era preciso olhar a questão da Lei de Acesso aos Recursos Genéticos, tão importante para a esta Casa. Não se poderia trazer apartados, dentro de um código, capítulos da Lei de Acesso, considerando a integralidade daquela lei.

Nesse sentido, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério do Meio Ambiente, está finalizando uma proposta, a qual vamos também encaminhar a esta Comissão, para que possa a Comissão debater amplamente com a sociedade — não obstante já esteja sendo debatida amplamente com a sociedade, por meio da convocação de vários atores pelo Sr. Francisco Gaetani, do Ministério do Meio Ambiente — para chegarmos a uma conclusão definitiva sobre estes pontos: o que é acesso; o que é respeito à repartição de benefícios; o que é e o que pode ser feito, por interesse público, como propriedade industrial — porque não é tudo, os senhores sabem a minha posição, não é tudo. Essa é uma boa discussão e deve ela ser levantada pela sociedade.

Há a questão relativa à repartição integral do processo e ao acesso, porque hoje o pesquisador internacional tem mais facilidade de acesso do que há na relação direta do pesquisador nacional. É preciso mudar essa estrutura, e estamos avançando de forma muito significativa.

Era necessário também olhar as fundações de apoio. Está aqui a Angela Uller, professora que, juntamente com a COPPE, tem nos ajudado a repensar essa discussão. As fundações de apoio não podem ser amarradas. Fizemos um primeiro destravamento há 2 ou 3 anos, mas precisamos fazê-lo de novo, tendo em vista que as universidades também se transformaram em grandes estruturas tecnológicas, e essas estruturas tecnológicas precisam de flexibilidade para trabalhar. Hoje temos complexos de laboratórios dentro das universidades — não só na Universidade Federal do Rio de Janeiro, há outros espalhados pelas universidades federais — que precisam de uma posição e um marco legal completamente diferenciado.

Chamo a atenção nesse sentido, também, para a questão da carreira, ou seja, como olhar a questão da carreira, como olhar o pesquisador que está dentro do laboratório e o pesquisador “DE” que está dentro da sala de aula. Eles são figuras, eventualmente, diferenciadas. Não se pode cobrar do “DE” totalmente aquilo que se



cobra dele para estar dentro do laboratório. Ele não vai conseguir compartilhar o seu tempo com uma questão e com a outra. E há hipótese de cessão desse pesquisador para outros órgãos públicos.

Precisávamos pensar a questão da institucionalidade dos NITs, ou seja, precisamos rediscutir o papel dos NITs. Eles foram importantes, eles têm uma determinação, mas não podemos deixar que se percam no caminho. Foi muito esforço para que pudéssemos trabalhar.

Nesse sentido, o trabalho dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia — trabalho que eu, Ferraz e o Reinaldo Danna estamos fazendo — é olhar a Lei de Inovação como eixo dinâmico desse processo, como uma estrutura dinâmica para que possamos apontar um caminho nessa questão.

Devo falar sobre a adequação do SICONV. Muitos de nós, gestores, como disse o Sr. Gadelha, sofremos enormemente com essa questão das prestações de contas. E os senhores que atuam na área também sofrem enormemente com o processo de prestação de contas. O Ferraz vai falar um pouco mais sobre essa possibilidade de mudança e o que estamos fazendo.

Quanto à adequação da Lei do Bem, é preciso dizer que a Lei do Bem é importante, mas algumas correções precisam ser feitas, alguns conceitos precisam estar melhor alinhados.

E, certamente, há a questão dos recursos “a investimento” e a classificação do que sejam os recursos “a investimento” e essa perspectiva que bem colocou o Sr. Gadelha, porque estamos trabalhando com o intangível, com investimento, com risco e, portanto, estamos trabalhando com um elemento diferenciado daquilo que o marco legal hoje trata.

Esses são apenas, Sr. Gadelha, alguns dos elementos que a equipe técnica está levantando, os quais o Ministério abraçou e elegeu como agenda para o Governo. Após as audiências públicas, como combinei com o Relator Sibá Machado, faremos uma reunião articulada, por dentro do Governo — o que já estamos fazendo com o Ministério da Educação, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Meio Ambiente, em especial —, para construir essa estruturação do marco legal. Mas sem a presença forte da sociedade, sem a participação efetiva de todos na construção dessa estrutura e sem a pactuação desse processo, certamente não conseguiremos êxito, porque vamos mexer em questões que são chave, inclusive



algumas consideradas cláusulas pétreas hoje dentro dos órgãos de controle. É necessário que destravemos essa possibilidade.

Se me estendi, perdoem-me, mas era importante que eu apresentasse esta posição de compromisso do Ministério da Ciência e Tecnologia com a Relatoria, com os Deputados Federais presentes e esta Casa, e com a FIOCRUZ, com relação à agenda de ciência e tecnologia, especialmente com relação ao destravamento do processo, para que de fato cheguemos àquilo que está dentro da Estratégia Nacional e do Plano Brasil Maior, tal como é a determinação da Presidenta Dilma: um País mais justo e com capacidade de responder às nossas necessidades de crescimento, à correção de nossas assimetrias e, certamente, um País que se insira internacionalmente em outro patamar, em outra perspectiva.

Muito obrigado. Bom dia a todos. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Agradecemos ao Vereador Eliseu Kessler e ao Dr. Umberto Trigueiros, Diretor do ICICT, a presença nesta reunião.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Bom dia a todos. É um prazer muito grande estar de volta a esta instituição, que muito nos inspira, diante de seu papel histórico na área da pesquisa, na área da ciência, enfim, gerando conhecimento a serviço da saúde pública brasileira.

Pessoalmente, estive durante algum tempo afastado do meu papel de Deputado Federal, quando ocupei a Secretaria de Habitação da cidade do Rio de Janeiro, mas desde o final do ano passado retomei meu mandato de Deputado Federal e, enquanto tal, sou integrante da Comissão Especial que está tratando desse tema. Dediquei sempre minha atuação parlamentar — não exclusivamente, mas fortemente — à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Portanto, mesmo tendo estado fora da Câmara dos Deputados durante certo período, nunca me desvinculei do setor ou das análises do setor, interessado que sou nesse tema.

Sempre dialogo, seja com a FIOCRUZ, com a COPPE ou com os demais institutos nacionais de pesquisa do Rio de Janeiro e outros que formam essa rede formidável de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico. E sempre ouvi reclamações crescentes acerca dos obstáculos para que, enfim, o conhecimento



pudesse se desenvolver de maneira mais acelerada, para que o conhecimento pudesse se transformar em produtos e serviços para a sociedade brasileira.

Enfim, há o crescimento absurdo da atuação muitas vezes descoordenada dos órgãos de controle — TCU, Controladoria-Geral da União —; o caráter por vezes ameaçador e como esse papel de controle é realizado; e a tudo isso se superpõem as ações do Ministério Público.

Evidentemente, nenhum de nós deseja que não haja controle — isso é absolutamente evidente —, mas desejamos que os controles sejam exercidos de maneira coordenada, de maneira a não impedir que a atividade possa se desenvolver. E isso tem ocorrido.

Eu ouvi dos nossos companheiros das COPPE que ela estava impedida de receber recursos de entidades privadas para transformar o conhecimento em tecnologia, por decisão dos organismos de controle, que interpretam a seu bel-prazer a legislação vigente no País.

Então, isso faz com que a redação desse novo Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação tenha que ser muito minuciosa e cuidadosa também, porque não tem jeito, o menino que está lá na CGU vai ler e aplicar a letra da lei rigorosamente. Ele não vai interpretar a favor; muito ao contrário, sempre que ele puder criar restrições, ele o fará, até porque também ameaçado permanentemente. O que eles dizem é o seguinte: *“É o meu CPF que está em jogo, sou ameaçado de ser multado ou de sofrer sanções importantes”*.

Então, existe um clima muito ruim no País. Quer dizer, em vez de se considerar que todos são honestos até prova em contrário, estabeleceu-se o processo inverso, o que na prática cria dificuldades para quem é sério e está trabalhando corretamente, mas não impede efetivamente, como sabemos, aqueles que querem fazer o malfeito de praticá-lo verdadeiramente.

Então, nós temos que ter processos inteligentes, e isso a partir desse diálogo do Congresso Nacional com a comunidade, com a sociedade e todos aqueles que atuam nessa direção.

Ainda que o ambiente político nacional esteja contaminado por uma visão, às vezes, que beira à descrença de certos setores da população no processo político, é importante que se saiba que o Congresso Nacional trabalha com temas dessa



natureza, ou seja, temas que estão sendo tratados com muita profundidade, seriedade e conteúdo.

Quero registrar que estamos em um momento em nosso País muito importante. Talvez seja um pouco forte a declaração que vou fazer, mas há ameaça de um processo de desindustrialização da economia brasileira.

A combinação do câmbio relativamente valorizado, que favorece as importações e dificulta nossas exportações, com um setor produtivo que não desenvolveu a cultura da incorporação da tecnologia e da inovação historicamente — e foi apenas o setor público que se interessou pelo tema em nosso País — é absolutamente desastrosa.

Nós, que surfamos a onda, nos anos 90, dos preços generosos das *commodities*, dos semimanufaturados, etc. e tal, agora estamos amargando com o fato de esse setor não estar deslançando.

Então, esse marco é absolutamente relevante e urgente para que nós possamos acelerar os processos de desenvolvimento tecnológico e inovação em todas as áreas. Por exemplo, na área de saúde, nós sabemos qual é o tamanho do rombo na balança comercial brasileira. Assim também ocorre com o setor de eletroeletrônicos, químico e tantos outros. Na área química basta que os americanos inventem o gás do xisto para se desestruturar toda a indústria química brasileira. E isso é só para percebermos como o mundo está globalizado e a influência que existe de uma determinada inovação, um determinado insumo, a um preço significativamente menor. Isso desestrutura e muda completamente o cenário de competição internacional.

E não adianta queremos imaginar que o Brasil será uma ilha isolada do mundo, etc., porque esse período histórico já passou verdadeiramente. Ou nós nos integramos de maneira soberana, olhando para a justiça social, para a democracia, mas com uma economia que seja verdadeiramente competitiva, ou olhamos para os encadeamentos setoriais — porque tecnologia também não se desenvolve só neste ou naquele país isoladamente, muitas vezes há encadeamentos internacionais em que os países têm nichos de desenvolvimento tecnológico.

Uma empresa como a EMBRAER, brasileira, por exemplo, não produz tudo o que precisa, pois há partes e subpartes importantes que são importadas, mas há conhecimento nas aeronaves projetadas e fabricadas pela empresa que lhe



conferem uma capacidade de se inserir no mercado mundial de maneira muito positiva. E os resultados estão aí na balança comercial. E a EMBRAER, mesmo exposta a uma competição duríssima, que todos sabem que existe, consegue sobreviver nesse cenário, apesar de o câmbio não ser muito favorável, digamos. Agora tem até melhorado um pouco, mas com consequências. É um jogo muito complexo, do ponto de vista econômico, pois se o câmbio se desvaloriza rapidamente há um impacto inflacionário. Enfim, é preciso calibrar essas coisas. A economia não é uma ciência exata, ela precisa estar sempre sendo manejada e articulada; claro, com objetivos estratégicos, de médio e longo prazo, mas com muito cuidado para não desarrumar e não fazer com que haja perda da credibilidade, da confiança dos atores econômicos na economia brasileira.

Então, eu estou muito confiante. Eu conheço a proposta até agora elaborada. Ela é, de fato, avançada. Eu já fui gestor público e sei das dificuldades que existem. Quer dizer, quando substituímos a Lei de Licitações por um processo de seleção mais simplificado; quando criamos normas objetivas para desembaraço aduaneiro de maneira articulada; quando criamos a possibilidade de realização de parcerias entre as entidades públicas e privadas de maneira mais intensa; quando há alocação de recursos para isso; quando profissionais podem ser deslocados, sem prejuízo de que outros aqui possam ser repostos temporariamente, enquanto um profissional da instituição está a serviço de um projeto de desenvolvimento tecnológico; enfim, tantas outras coisas que verdadeiramente constituem um marco regulatório que considero uma revolução.

Realmente, ele incorpora esse ou outro aspecto que já foram desenvolvidos nas legislações anteriores — a Lei do Bem, a Lei da Inovação e tantas outras leis —, mas produz um avanço significativo. E acho que podemos aperfeiçoá-lo muito, com essa ressalva que faço: nós precisamos trabalhar também com celeridade porque há um desafio grande para o nosso País, e nós não podemos ficar alheios a essa realidade.

Muito obrigado. Estou aqui para ouvir. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Para não nos alongarmos muito nessa parte, como eu vou conduzir o processo posterior, agradeço a presença de



todos aqui. Foi um grande esforço nosso, da Comissão, dar a máxima amplitude a este evento. Quero agradecer à FIOCRUZ, na figura do Prof. Gadelha, que abriu as portas para este evento.

Quero aqui dizer que o Rio de Janeiro está sendo pioneiro — a primeira audiência pública é aqui no Rio de Janeiro. Quando discutimos o local para realizar este evento aqui no Rio de Janeiro, não fui nem eu que sou carioca que aventou a possibilidade da FIOCRUZ, prontamente acolhida por todos, mas a servidora Eveline, Secretária da Comissão, que está ali, anônima, sentada, que disse: “*Vamos fazer na FIOCRUZ*”. Não teríamos local melhor para realizar este debate, dado o reconhecimento nacional do trabalho da FIOCRUZ.

Eu, que tive oportunidade de ser Ministro de Estado no Governo do Presidente Lula, posso dizer do reconhecimento internacional do trabalho realizado por esta instituição. Quando visitei países africanos, a FIOCRUZ era sempre citada. Sempre citada, de forma positiva, pela contribuição que concretamente oferece ao povo africano, principalmente no combate à doença da AIDS. Então, esse é um ambiente que agrega, que aglutina, tem o potencial de aglutinar as instituições e as lideranças nossas no âmbito da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Então, vamos ao segundo ponto que, com certeza, será o mais rico, que é exatamente a parte da exposição que será feita pelo companheiro Sibá Machado e outras autoridades convidadas, e posteriormente as intervenções, os debates, as críticas e as observações que certamente serão feitas pelos senhores e pelas senhoras.

Era o que eu tinha a colocar. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Agradecemos a presença ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Diretor da COPPE/UFRJ.

Neste momento, a Mesa de abertura se desfaz. Solicitamos que os Deputados Edson Santos e Sibá Machado permaneçam, pois serão respectivamente Presidente e expositor da Mesa de debates.

Convidamos para tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Acre, Marcelo Minghelli; o Coordenador-Geral de Serviços Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Reinaldo Ferraz; o membro do



Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência Tecnológica, Sr. Gesil Sampaio Amarante.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Edson Santos, que presidirá e coordenará esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Eu queria apenas situar as senhoras e os senhores na metodologia de trabalho desta Comissão Especial. Nós já realizamos cinco reuniões de audiência pública em Brasília, com várias autoridades especialistas sobre este tema. E hoje, por minha iniciativa, estamos a promover o primeiro seminário da Comissão feito fora do âmbito de Brasília, e o Rio de Janeiro está sendo pioneiro nessa caminhada.

No dia 1º de julho próximo, teremos na Faculdade de Direito da USP, no centro de São Paulo, um segundo seminário. Quem tiver interesse também em participar e contribuir naquele evento será muito bem-vindo.

Fechando o ciclo de debates, iremos realizar uma última audiência pública, agendada para o dia 9 de julho, em Brasília, com a presença dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp; da Educação, Aloizio Mercadante; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Como todos nós temos consciência, a questão da ciência e tecnologia e inovação é um dos grandes desafios para dar sustentabilidade ao desenvolvimento de nosso País. Por isso, eu entendo que esta lei será um marco regulatório, que dará condições de segurança para que o Governo, as empresas, as instituições voltadas à pesquisa possam desenvolver o seu potencial da forma mais plena possível.

O Deputado Sibá está aqui na condição de Relator, e eu não invejo de maneira nenhuma a sua posição, dada a responsabilidade.

Eu queria aqui citar um pensamento oriental que diz: *“A corda do instrumento musical não toca quando está frouxa demais, e arrebenta quando é esticada demais.”* Nós temos que chegar a um meio caminho, a uma sintonia na sistematização desta lei que possibilite ao Brasil e ao povo brasileiro liberar o seu potencial criativo.

As dificuldades de hoje já foram aqui amplamente colocadas por várias pessoas que me antecederam, principalmente no âmbito do controle, porque não se vê o objetivo, a finalidade daquele processo que está sendo desencadeado.



Observam-se muito os detalhes, e o diabo mora nos detalhes. E os entraves, no Brasil, também residem nos detalhes, nas observações que se fazem minuciosas, no sentido do controle, o que geralmente acabam contribuindo para o entrave do desenvolvimento e do conhecimento em nosso País.

Temos exemplos no mundo, quando se dão a principalidade, a busca do conhecimento, a economia e a população ganham com essa visão. Eu acho que este é um desafio que nós, brasileiros, temos que superar no Estado brasileiro, para que o Brasil se coloque de forma competitiva na busca do conhecimento.

Eu gostaria de passar a palavra ao Relator, Deputado Federal Sibá Machado. Posteriormente, nós teremos a intervenção do Sr. Gesil Sampaio Amarante Segundo, membro do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência Tecnológica; do Sr. Reinaldo Ferraz, Coordenador-Geral de Serviços Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Sr. Marcelo Minghelli, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Acre. Isso vai consumir miseravelmente uns 40 minutos desta audiência pública.

Chamo a atenção, sem querer constranger nenhum expositor, que, quanto mais econômico formos, no âmbito da exposição, mais produtivos nós seremos no sentido de facultar a palavra ao maior número de pessoas possível.

Feita essa observação, eu gostaria de passar rapidamente a palavra ao Relator do projeto, Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Muito obrigado, nosso Presidente, neste momento, Deputado Edson Santos.

Eu vou pedir aqui, neste momento, uma pequena atenção para invertermos um pouquinho esta Mesa e arrancarmos o máximo dos senhores e das senhoras. Neste momento dessa relatoria, eu vou fazer uma pequena apresentação de três lâminas sobre o chamado acordo de procedimentos — eu não estou entrando ainda no mérito de nada — que, pelo que eu entendo, são importantíssimos para vencermos oferecendo o melhor trabalho possível.

Na sequência, eu vou pedir ao nosso Dr. Ferraz que apresente uma síntese, um balanço do que foram as contribuições oriundas das diversas audiências públicas que nós já tivemos como também de outras contribuições que chegaram, através de material escrito, *e-mail*, e outras formas, para que todos possam ter



assim informações. Talvez algum ponto lido no texto original já esteja de certa forma com bastantes novidades, e podemos pegar a partir dessas novidades, desse acumulado, e acrescentar.

Nós vamos, ao final, colocar em vídeo o endereço eletrônico para toda e qualquer contribuição que surgir nesta sala, para não perdermos tempo escrevendo nada; senão, vamos perder muito tempo. Nós não estamos com munição para isso aqui.

Então, eu vou pedir a quem for falar que fique à vontade para falar como quiser, sem nenhum prejuízo de sua interpretação, mas eu vou pedir que depois escreva o que disser. De repente, escrever é até bem melhor do que as palavras ditas aqui, com maior rigor, com maior abrangência até, para extrairmos disso, depois, o trabalho desta equipe.

Eu estou falando que eu pedi e estou pedindo emprestadas pessoas para ajudar-nos neste trabalho que, neste momento, ainda não é o técnico. O técnico é a última coisa que nós vamos fazer, quando os consultores da Casa vão transformar as nossas ideias em regras legislativas. É isso que vai acontecer.

Rapidamente, eu até tenho algumas lâminas para colocar ali, mas não são aquelas ainda. Não sei se será possível. Se não, eu as tenho de memória aqui. Pode ser?

Enquanto isso, eu quero dizer que este PL 2.177 é oriundo de um seminário do CONSECTI/CONFAP, duas organizações reunidas em Belo Horizonte, quando tivemos um momento com o Ministro Aloizio Mercadante, na época Ministro da Ciência e Tecnologia. No seminário, ele fez uma crítica sobre o papel dos órgãos da chamada regularização e da fiscalização, digamos assim. Apresentou isso de maneira tão forte que eu remeti um requerimento naquela hora, convocando o TCU para falar sobre o assunto. A notícia se espalhou e muita gente queria ir a tal audiência com o TCU. Daí o CONSECTI e o CONFAP sugeriram que eu fosse para lá tratar deste assunto. Mas uma coisa é ouvir o TCU, o que vai sair do TCU. Por que não escrevemos o que estamos pensando e deixamos o Congresso e o Governo resolverem depois aquilo que aceita ou que não aceita?

Daí nasceu a ideia de construir o texto do PL 2.177, que já está posto, inclusive por regra de tramitação, tanto no Senado quanto na Câmara, com o mesmo teor, sendo que na Câmara é de autoria do Deputado Bruno Araújo e no



Senado, do Senador Eduardo Braga. Então, no nosso caso, estamos dando outro rito à tramitação, à discussão, diferente do rito do Senado.

Eu tenho de memória as lâminas — rapidamente. No andar da carruagem, com tantas conversas que estão sendo feitas, nós fomos percebendo que pegar a ideia de um Código Nacional de Ciência e Tecnologia não cabia.

São muitos os problemas. Por quê? Primeiro, o tempo que nós teríamos para construir um texto dessa natureza. Segundo grande problema: a abrangência da eficácia. Como alguns dizem, é dar um tiro de canhão numa borboleta. Por quê? Porque a eficácia, como um projeto de lei de outra natureza, seria a mesma, então não caberia, e o Código engessaria uma área altamente flexível, com muitas novidades no dia a dia. Então, seria um perigo fazer isso através do Código.

E por fim, por ser de origem do Congresso Nacional, por uma série de questões que estão sendo apontadas, não há como o Congresso ser o proponente, tem que ser o Poder Executivo. E por essas razões todas, nós já abandonamos a ideia do Código. Então, vai estar escrito sempre Código Nacional de Ciência, é o nome, mas a lei não vai ser um Código Nacional de Ciência.

Segunda grande questão: nós temos algumas coisas que queremos colocar dentro do nosso PL 2.177, mas que não cabem nesse PL, por motivos óbvios. Alguns desses pontos são diretrizes que têm que estar como componentes para melhoria da redação dos arts. 218 e 219 da Constituição Federal, e como tal, o enunciado, tanto o *caput* como os chamados parágrafos e incisos ainda carecem de uma adaptação da linguagem do momento que estamos vivendo. Se não nos reportarmos à Constituição, corremos o risco de que tudo que escrevemos, de novo, os “us” da vida, como está sendo utilizados, vão lá e dizem: “*Onde está escrito? Em outro lugar. Portanto, isso aqui não cabe*”. E vão buscar, como dizia minha velha mãe, chifre em cabeça de jumento para poder justificar o que já estão fazendo hoje.

Em relação a isso, nós vamos apresentar já, já uma proposta de alteração da Constituição Federal para abrir, digamos assim, as portas para o futuro desta lei e de outras que virão para estarem em melhor acordo com a Constituição Federal. Então, teremos que ter uma PEC. Para ter essa PEC, ela tem vida própria, tramitação própria, rito próprio, e como tal temos que dar um jeito de pô-la para tramitar junto com esse PL.



A outra situação é o acesso à biodiversidade. Esse foi outro capítulo que, nos últimos entendimentos, retiramos do PL. E o retiramos por dois bons motivos: um deles é que não estávamos encontrando uma redação para o tamanho da necessidade e de novo poderíamos incorrer no chamado vício de origem. E para ficar uma coisa malfeita, incompleta, é melhor não fazer. Então, nós o retiramos por esse motivo.

O segundo motivo é porque o Governo, isso foi garantido na última audiência pública que tratou exclusivamente desse ponto, pediu a confiança de que vai nos mandar uma lei própria para tratar do assunto biodiversidade. E, portanto, quando essa lei estiver em tramitação todo esse trabalho que estamos fazendo aqui poderá ser feito com o futuro Relator desta futura lei. Então, vamos entrar nela de cabeça.

Assumimos o compromisso, os Parlamentares que compõem a Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa, especialmente desta Comissão Especial, de que vamos manter acesa essa chama de discussão sobre o acesso à biodiversidade.

O Capítulo X desta lei, deste PL 2.177, trata principalmente de contratos, compras e importações. Nós tínhamos uma redação inicial, que era o capítulo mais extenso dessa proposta, para tentar criar uma razão própria deste sistema de compras e contratações. Mas quando vimos a realidade que estamos vivendo, a conclusão que tiramos foi de um RDC próprio — Regime Diferenciado de Contratações —, que não é o da Copa, que não é o das Olimpíadas, nada disso, mas uma coisa completamente nova. Pode ter muitos pontos parecidos, mas não é igual.

Neste ponto, a nossa sugestão é convencer o próprio Governo a emitir o RDC. Nós não escreveríamos o RDC, o próprio Governo emitiria o RDC. Pediríamos ao Governo que o elabore e proponha, porque a tramitação vinda do Executivo evita de novo aqueles nossos percalços do que podemos e do que não podemos em relação ao Congresso. E tanto em relação à PEC quanto à Lei da Biodiversidade, nós vamos tratar o RDC da mesma maneira: o Governo o emite.

Eu queria convencer os membros da nossa Comissão e a comunidade científica e acadêmica como um todo de que o Governo deveria emitir o RDC por medida provisória, porque, como nós já temos o acumulado do conjunto da lei — uma PEC andando, este PL andando, o negócio da biodiversidade andando —, o RDC entra nesse ambiente. Então, teríamos condições de trabalhar da mesma



maneira com um Relator de uma futura medida provisória, com as mesmas razões complementares.

Portanto, o que este Relator está propondo é que, em vez de só o PL nº 2.177, nós o tenhamos e também uma Lei da Biodiversidade; uma outra, de RDC, e uma quarta, que é a mudança da Constituição, a PEC. Então, um virou quatro. Assim, em relação à pressa, àquela correria em que nós estávamos, nós teremos que ir com um pouco mais de calma.

Eu vou encerrar pedindo o seguinte: eu tinha muita vontade de, em agosto, protocolar este PL nº 2.177 e deixar a Câmara se debruçar sobre ele. Mas estou pedindo paciência e vou pedir mais 2 meses de prazo para que não seja protocolado. Por quê? Porque, por mais bem acabado que esteja o PL nº 2.177, que não é mais um Código, ele vai trabalhar o conjunto da legislação que nós temos hoje. Serão feitas as alterações necessárias, todas na direção de que, até 2020, no Brasil esteja consolidado um novo modo de pensar.

Então, peço um pouco de calma, porque, se apresentarmos o PL e ele for votado antes da PEC, antes não sei de quê, meu amigo, entra a Copa do Mundo, entra o Flamengo ganhando o Campeonato Brasileiro, e eu vou cuidar de outra coisa na vida. (*Risos.*)

Então, nós estamos pedindo aqui que tudo chegue praticamente na mesma hora. Nós vamos negociando aqui com o Governo: “O RDC está pronto?” “Está.” “Protocole.” “A Lei da Biodiversidade está boa?” “Está.” “Protocole.” Quando isso estiver pronto, então, protocole-se a PEC, e o último a ser protocolado seria o PL nº 2.177, porque ele é o que vai nos manter juntos, penso eu, para que as outras três também andem na mesma velocidade, porque o acúmulo da discussão já está feito.

Então, esse é o procedimento que eu queria, com a concordância, senão de todos, mas da maioria, autorizando essa condução, porque facilitará todo o nosso trabalho. Nós temos que oferecer uma coisa que não tenha mais embaraço nenhum daqui para frente.

Encerro dizendo as palavras do nosso grande guerreiro, que eu considero um guru para mim, o Prof. Pinguelli Rosa, que fez um discurso muito contundente e chamou a atenção de muita gente. Todos se preocuparam. Quem não estava entendendo a essência dessa situação ficou bastante comovido.



Por fim, são indicadores econômicos que uma legislação dessas pode trazer para a construção do PIB brasileiro. E já ficamos, alguns, de fazer um levantamento, porque os americanos estão dizendo lá que deram uma mexidinha na lei deles, e só o PIB já recebeu o impacto positivo de 3%. Os japoneses estão mexendo — entenderam que pararam no tempo e querem começar a mexer — assim como os indianos, os chineses, todo o mundo. Então, nós não podemos brincar com isso.

E a área de saúde, eu confesso, nós não a tínhamos ainda envolvido com maior carinho.

A PETROBRAS pediu para ficar de fora por enquanto, porque eles estão com medo de botar o assunto deles aqui e, em vez de ficar como já está, baixar mais um pouco. Então, estamos deixando a PETROBRAS um pouco de lado.

Esse é o nosso entendimento. Eu peço ao Prof. Ferraz que apresente agora o conjunto do mérito que está sendo tratado. Depois, abrimos a palavra.

Vou pedir ao Prof. Marcelo e ao Prof. Gesil que nos ajudem a fazer a discussão com os senhores e com as senhoras.

Muito obrigado e vamos à luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Vou convidar o Prof. Reinaldo Ferraz para fazer a sua exposição, recomendando, mais uma vez, aquela observação de que, quanto maior for a economia agora, maior será a produção no ambiente do debate.

O Prof. Reinado está com a palavra.

O SR. REINALDO FERRAZ - Este é um sumário, um resumo de como, no nosso entender, esse PL está caminhando: a sua origem; o que nós discutimos dentro do Governo e quais compromissos assumimos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Desde já, quero reproduzir as palavras do Dr. Luiz Antonio Elias, o apoio total e absoluto à Comissão Especial, em particular, ao seu Relator, Deputado Sibá Machado, reafirmando que concordamos com ele em absolutamente quase tudo, exceto no que se refere a certo time de futebol. *(Risos.)*

Este é o foco da questão a ser enfrentada: a complexidade do processo de geração do conhecimento até a colocação de produtos novos no mercado.

Nós temos instrumentos hoje para tudo. Eu dizia ao saudoso Prof. Barros de Castro que o problema não é o financiamento da tecnologia, mas a tecnologia do



financiamento, porque nós estamos metidos num aparato de leis inadequadas, procedimentos inconvenientes, etc., que têm travado todo o processo.

Então, do ponto de vista do Ministério de Ciência e Tecnologia, a proposta de Código, embora não possa ser Código, pelas razões apresentadas, teve o mérito de despertar a sociedade brasileira, em especial, a comunidade científica e tecnológica, para esse debate, de forma articulada, que é o que vem sendo tratado com muita sabedoria na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial.

A proposta elaborada por diversas entidades, lideradas pelo CONSECTI e pelo CONFAP, em tramitação nas duas Casas do Congresso, foi encaminhada pelo Deputado, na ocasião, a diversos Ministérios, inclusive, à Casa Civil, quando então o Ministro Mercadante sugeriu não acatar a sugestão do Deputado de tramitar como medida provisória, porque valeria de imediato e seria um desastre. Mas o fato de se ter encaminhado também para a Casa Civil implicou que a Casa Civil devolvesse aos Ministérios, para ouvi-los.

Esse é o texto original. O texto substitutivo tem outra estrutura. Aí estão os diversos conteúdos.

Em tramitação, foi encaminhado pela Casa Civil para apreciação dos Ministérios, mas os Ministérios, lamentavelmente, não se posicionaram da forma como a Casa Civil havia solicitado. Quem fez isso foi o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nós construímos uma tabela de análise, que está distribuída aí amplamente. Colocamos numa primeira coluna a proposta do Código; logo depois, está o substitutivo e as leis afetadas — 13 leis são afetadas pela proposta do Código. Depois, fizemos uma coluna, hoje eliminada, com contribuições de diversas entidades que consultamos complementarmente às consultas prévias feitas pelo CONSECTI e pelo CONFAP. Por último, está um texto da nossa proposição, chamado “Texto para Discussão” e, depois, uma coluna para observações.

Esta tabela, que já está na sua versão 18-B — se tivesse sido continuamente renumerada, estaria, provavelmente, na 32-C —, já incorpora hoje sugestões específicas da EMBRAPA, do FORTEC, do próprio Ministério do Planejamento, de maneira que está havendo um processo muito rico. Essa parte, essa agregação final está a cargo do Prof. Gesil.



Durante a construção desse processo, a CNI e a ANPEI, principalmente, sentiram que havia pouca empresa dentro da proposta. Aproveitando um congresso da ANPEI em Joinville, foi feita uma reunião complementar na qual se gerou o texto do substitutivo, agregando aqueles capítulos que diziam respeito mais à interação com o mundo empresarial, ao mundo da produção industrial e também às entidades promotoras de polos, parques e incubadoras de empresas.

Quando nós concluímos, dentro do Governo, esse processo de análise comparativa e consulta a outras entidades públicas, sugerimos à Casa Civil — teria sido correto que eles aceitassem — que, a partir daquele momento, assumissem a liderança, porque a Casa Civil tem poder de mando. Eles não quiseram. Eles acharam que, como o tema era de ciência e tecnologia, era preferível que o Ministério concluísse isso. Depois, quando ele tivesse uma proposta concreta, a Casa Civil entraria e lideraria o processo de geração de textos dentro do Governo Federal. Isso fez com que esse procedimento demorasse um pouco, porque, obviamente, eles podem convocar, nós podemos convidar, e isso faz uma diferença enorme no dia a dia.

Mas o que o Dr. Elias fez? Ele falou pessoalmente com cada Secretário Executivo. Nós distribuimos a tal tabela versão 18-B para esses outros cinco Ministérios e propusemos um esquema de diálogo. E fomos bem-sucedidos, especialmente, com o Ministério do Planejamento.

O Ministério do Planejamento concordou em elaborar um regime diferenciado de compra para as atividades de ciência, tecnologia e inovação; concordou em simplificar o SICONV; concordou em olhar um pouco a institucionalização dos NITs e a liberação dos professores de dedicação exclusiva para os licenciamentos previstos na Lei de Inovação. Enfim, eles concordaram em olhar todos os pontos, sem distinção; não houve um “não”. Isso se refere à Secretaria de Logística e à Secretaria de Gestão.

Na SOF, o tema central é classificar o recurso de fomento para a ciência e tecnologia como “investimento”, como uma rubrica única, “investimento”. Estamos tratando isso com muito cuidado, porque as lideranças são favoráveis, entenderam o espírito da coisa, mas a base técnica é extremamente resistente. Entende-se, pois não são pessoas que vivenciam o processo.



Então, a proposta está nesse ponto. No Ministério o Meio Ambiente, nós concluímos que tinha que terminar logo o projeto de lei, e o MEC está mexendo em quatro pontos específicos que são necessários nesse conjunto de 13 leis: a Lei das Fundações; a Lei do Funcionalismo Público; a Lei das Carreiras e a Lei dos Institutos Federais. Eles estão olhando isso; não têm ainda um texto conclusivo, mas têm alguns capítulos redigidos. Nós oferecemos a nossa ajuda para acelerar o processo.

Aí estão relatadas, não vou entrar em detalhes. Só falei sobre isso rapidamente.

Nós separamos tema a tema o que deveria ser feito em cada Ministério.

Em paralelo e de forma muito intensa, tem havido entendimentos continuados com o Deputado Sibá Machado e com o Senador Luiz Henrique, que é o Relator do PL nº 619, que é o mesmo projeto no Senado Federal. Houve a instalação da Comissão Especial, tendo o Deputado Gabriel Chalita como Presidente e o Deputado Sibá Machado como Relator.

O Deputado Sibá Machado teve uma ideia interessante, que foi a de constituir um grupo de consulta, informal, que se reúne toda semana no gabinete dele. Ontem, nos reunimos no Ministério de Ciência e Tecnologia, por questão de espaço. Desse grupo, participam o Gesil, o Marcelo, as pessoas aqui também e outras pessoas que participam mas não estão presentes.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Só vou lembrar que tanto a FIOCRUZ quanto agora o nosso irmão do Ministério da Saúde costumamos, às quintas-feiras, fazer uma reunião de trabalho sobre isso. Eu sempre aviso quando não há. É sempre às quintas-feiras; quando não vai haver, eu aviso.

Na próxima quinta-feira, nós já temos, com certeza, um preâmbulo, para dar um *start* a isso que está sendo conversado hoje neste seminário.

O SR. REINALDO FERRAZ - Se a gente estivesse num modelo piagetiano, estaria transitando da fase sincrética para a fase analítica, já esculpindo os primeiros preâmbulos de texto, as primeiras ideias, etc.

Desde o início, estava prevista uma série de audiências e dois seminários, pelo menos. Um, por requerimento do Deputado Edson Santos, é o que está acontecendo aqui hoje.



A conclusão a que chegamos, que o Deputado já explicou, é que devemos trabalhar com foco na legislação existente e, paralelamente, elaborar PEC, ajustar os arts. 23 e 24, 218 e 219 da Constituição. É o art. 24, especificamente, que não permite que a União Federal estabeleça obrigações vinculantes com Estados e Municípios em matéria de ciência e tecnologia. O texto que o Deputado arrumou, para dar início às discussões da PEC, é sábio o suficiente para fazer mexidas muito pontuais.

A outra decisão que tomamos, de fundamental importância, porque é uma questão de estratégia de encaminhamento, é reconhecer a Lei de Inovação como o eixo central dessas mudanças, engordá-la e acrescentar a ela capítulos conceituais harmonizados com a Constituição Federal, de maneira que, quando a PEC tramitar e houver a emenda constitucional, a lei estará modelada para ter o alcance previsto na Constituição. O horizonte de tempo é, inicialmente, de 4 meses, até agosto. O Deputado anunciou que ampliará um pouquinho esse tempo.

Estes são os eventos que já aconteceram nos respectivos órgãos. Eu queria destacar, especialmente, a coragem do Prof. Luiz Pinguelli Rosa, que, em uma das audiências, fez um depoimento incisivo, que teve o mérito de despertar quem estava cochilando em relação a esse tema. Depois, houve, sem ter a ver com a Comissão, aquele seminário na OAB do Rio de Janeiro. De maneira que, alguma coisa acontecerá, além dos seminários previstos. O próximo contará com a presença dos Ministros.

Eu concluirei em 1 minuto, Deputado. Os pontos principais já foram passados aqui, este ficará apenas para registro. O Ministério do Planejamento nos chamou e colocou em nosso colo propor os regimes diferenciados de compras e a minha equipe que o está fazendo. De maneira que, se alguém tiver alguma sugestão — acredito que tenha —, pode enviar ao meu *e-mail*, que está ao final da apresentação.

Só quero apresentar uma pequena justificativa: nós temos uma posição muito delicada, não podemos, como indivíduos, trabalhar 100% na Comissão Especial no grupo de consulta ao Deputado. Estamos com a tarefa de fazer a ponte entre o pensamento do Governo Federal e o andamento dos trabalhos na Comissão. Estamos conseguindo fazer isso, com toda a discrição e pertinência possível.



E, na nossa visão, um pouco para justificar aqueles que sempre defenderam acirradamente a ideia de Código, independente da forma final que ele venha a ter, e ela já está delineada, não é Código, mas ele teve o mérito de mobilizar toda a sociedade para debater o tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Antes de passar à próxima fase, gostaria de anunciar a presença do Vereador Paulo Pinheiro, da cidade do Rio de Janeiro.

Os Srs. Gesil Sampaio e Marcelo Minguelli declinaram de suas apresentações. Eles vão intervir, caso considerem necessário, ao longo do debate. Portanto, vamos entrar na fase de intervenção da plenária.

Minha sugestão é de que abramos 15 inscrições de 3 minutos, e que as pessoas, ao falarem, identifiquem-se com nome e instituição a que pertencem. Duas servidoras levarão o microfone até aos senhores. A nossa sugestão é de que as pessoas se apresentem à Pâmela, que ordenará a entrega dos microfones.

Nós vamos iniciar o processo de intervenção, e as pessoas vão se inscrevendo ao longo das falas. Não vai haver a réplica da Mesa, na medida em que estamos apenas colhendo opiniões. Caberá à Mesa apenas fazer a sua saudação final.

Eu gostaria que V.Sa. se apresentasse inicialmente, como norma dos debates.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Obrigado, Sr. Deputado.

Sou Luiz Pinguelli Rosa, Diretor da COPPE.

Acho muito oportuna esta audiência, Srs. Deputados Edson e Sibá e demais membros da Mesa.

A FIOCRUZ, conforme dito aqui, é uma instituição para ninguém botar defeito. Nada melhor do que estarmos nesta Casa discutindo esse assunto. O Poder Legislativo assumiu para si levar adiante, ordenar a legislação sobre ciência e tecnologia.

Acho que o problema é maior, mas o que será feito pelo Código poderá ter influência maior. Acho que o Estado brasileiro está engessado e não só em ciência e em tecnologia, o que é gravíssimo, pelo que já foi dito. Mas a existência de usinas eólicas sem linhas de transmissão e o atraso de 18 meses na obra de Angra...



Acabei de estar num programa de televisão com um membro da ELETRONUCLEAR discutindo isso. A tristeza da transposição do Rio São Francisco, que se tornou um buraco no chão sem água. Acho que isso tudo é fruto de um Estado engessado.

A cultura que deu uma proeminência exagerada aos órgãos de controle e que permitiu a um Procurador da AGU assumir a gestão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acima do Reitor, com interpretações no mínimo absurdas e ilógicas, fundamentadas não sei em quê; e essa petulância da CGU e do TCU, que aliás distribuem favores a si próprios, como acaba de acontecer, não contribuindo em nada para a moralidade pública e estabelecendo perseguições a pesquisadores e professores. Foram inúmeros os casos que a mim chegaram, narrativas as mais absurdas de pessoas colocadas na Justiça porque perderam os canhotos da passagem ou a nota fiscal, ou porque fizeram alguma coisa por engano, e são tratadas como chefes de quadrilhas e como bandidos.

Vejo que a quadrilha é a CGU. A CGU é uma quadrilha! (*Palmas.*)

Não é possível o que está acontecendo. Levei a questão à Presidenta Dilma, semana passada, na oportunidade de uma reunião no Palácio do Planalto. Apresentei a questão do entravamento da renovação tecnológica da pesquisa e do desenvolvimento por uma legislação complicada. Relativamente a isso, o Poder Legislativo está bem colocado, conforme o Srs. Deputados Sibá e Edson falaram e também o Sr. Deputado Bittar, ao qual assisti.

Também é preciso que o Poder Executivo assuma uma posição. O que o Brasil quer? O Brasil quer que o professor de engenharia e de ciências da natureza, sejam do que forem, consigam levar seu conhecimento à sociedade, para que ela o utilize, além de seu papel de educadores; o Brasil espera que os institutos de pesquisa façam isso, que haja uma relação ordenada com as empresas, preservando o papel de serviço público que essas instituições têm, ou não quer isso?

Meu tempo é limitado. Vou dar um exemplo que considero melhor, já que não tenho formação jurídica. Respeito profundamente os advogados, devo declarar aqui. Fui defendido pelo Advogado Sobral Pinto contra o Exército Brasileiro, no tempo da ditadura; fui defendido pelo Advogado Marcelo Cerqueira contra o BNDES, no tempo das privatizações. Ambos, o Exército Brasileiro e o BNDES pretendiam me



prejudicar bastante. Acho que esses 2 advogados foram fundamentais na minha vida.

Então, tenho profundo respeito pela questão jurídica, mas o que está sendo feito no Brasil é a ditadura dos advogados, dos advogados públicos, dos que ocupam esses cargos e vão até à Procuradoria. Eu sou contra a roubalheira. É uma safadeza o que está sendo feito, de se apontar para pessoas que estão na Administração Pública e tratá-las como bandidos. E a sociedade acredita que nós somos bandidos. Então, estes indivíduos, auditores e procuradores, passaram a ter um papel semelhante ao que tinham na ditadura militar os torturadores, os policiais, o papel de perseguir pessoas, e com uma interpretação...

Eu vou dar este exemplo. Nós tivemos um esforço gigantesco junto ao Governo, junto ao Legislativo, para resolver o problema de uma interpretação do TCU que proibia as fundações de universidades públicas — federais, em particular, porque as estaduais não estão, curiosamente, mesmo recebendo recursos federais, na alça de mira desses órgãos; são as federais que viraram demônio —, de receber recursos da FINEP e do BNDES, especificamente. E esse esforço em que nós tivemos discussão levou o Presidente Lula a encaminhar uma medida provisória que negava o acórdão do TCU e dizia explicitamente: “*O BNDES e a FINEP podem dirigir recursos às fundações das universidades federais*”. Pois bem, a CGU interpretou agora há pouco que isso significava a exclusão de todo o resto do universo, só permitia a FINEP e o BNDES. Essa é a prova da absoluta falta de seriedade com que esse assunto é tratado.

Existe uma posição contra isso — contra! —, que faz essas leituras que não têm nenhuma base lógica, como o parecer do deplorável Procurador da UFRJ, que acaba de fazer. São documentos sem base lógica alguma, são coisas de hospício. Temos um professor demitido lá — até hoje não sabemos direito o porquê —; o professor fez um recurso ao Conselho Universitário contra a demissão dele ao reitor, e o procurador disse que o professor não tinha sido demitido e, portanto, não cabia o recurso. Mas que ele foi demitido...

Olha, pelo que escreveu, o procurador deveria ser colocado num hospício, porque é uma imbecilidade de cabo a rabo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Nós tivemos aqui a fala do Prof. Pinguelli, que, na verdade, é o pano de fundo de todo este debate, o que motiva toda a movimentação do Governo e do Congresso Nacional no sentido de construir uma legislação que possibilite o desenvolvimento pleno da ciência e tecnologia no Brasil.

A Pâmela vai ficar com a ingrata tarefa de anunciar o final do tempo do orador quando ela se aproximar dele. E nós estamos aqui na posição muito antipática de determinar o tempo, para que todos possam se posicionar neste debate.

O SR. JORGE ÁVILA - Quero usar a palavra muito rapidamente, Deputado. Sou Jorge Ávila, Presidente do INPI.

Eu, primeiro, gostaria de fazer eco à manifestação do Prof. Pinguelli. Acho que assim não é possível fazer inovação, transferência de tecnologia, parceria público-privada nesse campo, se não houver uma flexibilização muito grande nas relações contratuais, se não houver o mínimo de confiança nos gestores que estão “empoderados” para, em nome das instituições, fazer as coisas com equilíbrio e sensatez e com mais base na capacidade de desenhar projetos positivos do que de ficar burocraticamente comparando preços nos moldes de quem compra parafuso, cimento ou tijolo.

Eu queria falar de um aspecto particular dessa questão, tem a ver com a institucionalização dos Núcleos de Inovação Tecnológica e as modalidades de transferência de tecnologia universidade-empresa. Nós estamos, no INPI, debatendo internamente essa questão, e não tivemos ainda a oportunidade de transmitir isso para os Deputados que estão trabalhando nesse tema. Então, nós gostaríamos só de dizer que seria muito importante pensar formas de (*ininteligível*). A gente tem comparado de que maneira acontece em outros países, e como que isso poderia ser traduzido, dentro do nosso marco legal, em práticas adotadas por nós.

Era só isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo.

O SR. FERNANDO PEREGRINO - Eu sou Fernando Peregrino, da COPPETEC. Sou do tempo em que a gente não tinha dinheiro, mas tinha mecanismo para gastar em ciência e tecnologia. Há 30 anos, este País viveu uma crise, a ditadura se acabando, ainda não se colocava dinheiro na área de ciência e tecnologia. A gente não tinha dinheiro. Mas tinha mecanismos, tinha tecnologia



financeira, como diz o Reinaldo, para gastar o dinheiro, só que não havia dinheiro. Agora é o contrário. O Luiz Antônio se orgulhou de que há 14 bilhões na Esplanada nos Ministérios, 14 bilhões para gastar em ciência e tecnologia. Só que ele não vai gastar. Ele não vai gastar, como ele não está gastando. Como os recursos não estão indo para a sua finalidade, ou seja, para a ponta. Eles estão ficando na burocratização, que se agudizou bastante nos últimos tempos.

Eu saúdo a Comissão, na pessoa do Deputado Sibá, a quem eu tive oportunidade de conhecer há algum tempo, no programa do biodiesel, saúdo também o Edson, por ter lutado, por ter trazido esta audiência para cá, mas quero dizer que se esse Projeto de Lei 2.177 e seus acessórios não vierem logo talvez tenhamos mais e mais prejuízos para o setor de ciência e tecnologia, sobretudo nas universidades federais. E aí nós não podemos mais recuperar. Por exemplo: por que os mecanismos que existem hoje mandam nós demitirmos todos os pesquisadores quando um projeto se acaba? Porque não dá para provisionar recursos para ele ficar vivo ainda, na atividade, enquanto não vem outro projeto. Se demitirmos ele, só podemos contratar 4 meses depois, porque o Ministério do Trabalho não deixa. E é preciso combinar isso com o Ministério do Trabalho. Tem se que falar com o Ministério do Trabalho, não é só com o Ministério do Planejamento, não. Porque ele vai nos mandar demitir. Quando demitimos um pesquisador, Carlos Henrique, vai para o espaço a memória de uma pesquisa. Nós vamos perder uma corrente de trabalho que vem sendo construída ao longo de anos. E os burocratas do CGU, infelizmente, e do TCU, aqueles com mentalidade burocrática, eu digo, não entendem isso. Eu até sugiro que todos eles façam um estágio, visitando os laboratórios da FIOCRUZ, da COPPE, da UFRJ, e de todas as universidades, para eles sentirem o drama, o que é gerir, de Brasília, a burocracia de um projeto de pesquisa.

Eu estou aqui, na mão, com uma famigerada cartilha, ou seja, a Coletânea de Entendimentos, Revisão 2, que deveria ser publicada em abril, mas foi publicada agora. Revisou um artigo que “colapsava”, se não tivesse sido revisada, a COPPE, uma instituição respeitável. Daqui a 500 metros, mais ou menos a 1 quilômetro daqui da FIOCRUZ. Esse item 89 proibia que os recursos captados pelos projetos de pesquisa fossem para a fundação de apoio. Deveriam ir, Deputado Bittar, como o senhor bem falou, deveriam ir para a universidade, ou seja, ser orçamentado na



União. Imagina: autorização de empenho, orçamento, abertura de orçamento, DO, autorização financeira, e assim sucessivamente. Quando chegasse no final de gastar o dinheiro, acabou-se, o pesquisador já não conseguiria ter sobrevivido.

Bom, revisou. Depois de muita luta, revisou. Mas aí deixou a seguinte brecha: só os recursos aportados pela iniciativa privada. Ou seja, só os recursos aportados. Aí é expropriação. Como se diz: está expropriando. Entendeu? Só os recursos da iniciativa privada poderão ir para a fundação, e, assim mesmo tem que ter cuidado, porque há acórdão do TCU que diz que sim, e outro que diz que não. Tem razão.

Então, isso aqui é uma brecha para interromper novamente o fluxo de recursos para a COPPE, uma instituição que foi copiada pelas outras fundações, e elas devem sofrer a mesma coisa que nós, porque a UFRJ copiou o modelo da COPPE. É ou não é, Angela Uller? O modelo COPPE, COPPETEC foi copiado pelo Brasil inteiro, porque foi criado há 50 anos. Então, quem copiou vai também se dar mal, com esse item 89.

E, por fim, para encerrar, porque o tempo acabou, eu queria convidar todos os que estão preocupados com esse tema a comparecerem à Assembleia Legislativa, agora, no dia 19, às 10 horas da manhã, que o Presidente da Comissão da Educação, Deputado Comte, e vários outros Deputados resolveram assumir essa briga. Mesmo que a legislação seja federal, eles resolveram assumir a briga também, porque isso aqui é um patrimônio nosso, do Estado do Rio de Janeiro, dos cidadãos que moram aqui, como o senhor bem fez, Deputado Federal.

Então, eu queria convidar o senhor, e os outros, e todos os que estão aqui para irem, quarta-feira, à Assembleia Legislativa. Vai ser uma audiência pública, no plenário, para discutir esse problema, para conscientizar as pessoas que controle não pode ultrapassar certos limites. O controle é para controlar, para impedir a corrupção, mas não para perseguir o cidadão que está trabalhando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - O próximo já pode se levantar.

A SRA. ANGELA ULLER - Bom dia a todos.

Sou Angela Uller, da COPPE-UFRJ. Durante muitos anos eu militei somente na COPPE, e agora eu estou como Chefe de Gabinete do Reitor. Então, ali, dentro daquele lugar, a gente vê toda a burocracia que tem a universidade, e a



impossibilidade que existe de qualquer recurso ir para a universidade, seja por um problema de burocracia, seja por um problema de falta de pessoal, seja por um problema de não misturar recurso público com privado, recursos orçamentário com recurso de projeto, coisas assim.

Bom, eu queria trazer um assunto: o assunto MEC. Há uma discussão dentro do MEC para mudar a lei da Carreira Docente e a Lei 8.112, que é do RJU. Há duas coisas dentro dessa lei, nessa mudança que está sendo negociada, que está proposta com uma primeira versão, e já estava na versão anterior, que diz o seguinte: um professor de dedicação exclusiva só pode trabalhar na área de pesquisa científica e tecnológica nesses projetos durante 120 horas. Agora está mudando para 240 horas.

É um absurdo ter se que medir o número de horas que alguém vai dedicar a um trabalho de pesquisa e desenvolvimento para fazer uma tecnologia de pré-sal, para fazer uma tecnologia de vacina. Então, eu vou ter que ficar contando quantas horas eu tenho.

Além do mais, essa lei também, do Magistério Superior, junto com o decreto que regulamenta a Lei das Fundações, diz: deve-se usar alunos de pós-graduação e de graduação, mas também só podem trabalhar fora do horário normal de expediente. Ou seja, eu vou pegar os alunos, vou levar para minha casa, provavelmente, para trabalhar no desenvolvimento de tecnologia.

Então, nós temos que olhar muitas outras leis. E eu acho que — olha, eu posso até ser linchada aqui — não é um problema só da CGU, não, Pinguelli. A CGU está interpretando as leis. Acho que há um problema grave no Ministério do Planejamento, porque é de lá que saem essas coisas.

Essa proposta de lei ainda diz o seguinte: de tudo o que for projeto que a fundação administrar têm que ir os gastos todos para a Internet; têm que ir todos os contratos para a Internet; têm que ir todos os relatórios para a Internet. Nós estamos tratando de quê? Se nós estamos tratando de inovação, e é disso que o País tem que tratar, estão pensando o quê? Que uma empresa faz uma pesquisa para desenvolver um princípio ativo, e vai colocar na Internet, para o seu competidor saber? Qual é? A empresa que vá procurar a universidade.

Gente, sejamos sérios, vamos cobrar resultados. Um professor tem que dar aula, tem que fazer pesquisa, tem que publicar artigo, e tem que fazer



desenvolvimento tecnológico. Agora, vamos cobrar dele a sua produtividade. Não é quantas horas a gente se dedica a alguma coisa; não é colocando um relatório na Internet.

Então, eu gostaria muito que essa parte do MEC fosse olhada de perto, e que contasse com a ajuda desta Comissão. Nós estamos lutando lá, no MEC. Mas eu acho que tem que haver o apoio de todo mundo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo.

A SRA. CELESTE EMERICK - Sou Celeste Emerick. Eu coordeno a área de gestão tecnológica da Fundação Osvaldo Cruz, no âmbito da Vice-Produção de Inovação e Saúde.

Em primeiro lugar, eu gostaria de, enfaticamente, cumprimentar o Legislativo e o Executivo pela atitude, que vem acalmar muitíssimo nós os gestores, que estamos com o pé no chão de fazer acontecer a transformação do conhecimento em resultados para resolver problemas do País. Estávamos com bastante angústia, até então, de perceber esse processo dessa articulação da forma como vem sendo feita para correrem atrás do prejuízo, do tempo que estamos perdendo envolvidos em tantos limites para fazer, realmente, acontecer o processo de inovação.

Destaco, de forma veemente, a inclusão da legislação de acesso ao patrimônio genético, a preocupação dos senhores em trazer esse tema de forma segura e profícua para esse debate, porque da forma como está nesse PL é impossível concordar com a fragilidade, com a forma imprecisa ao se tratar de um tema de tamanha complexidade e sensibilidade para o País.

Eu falo com os senhores, com a maior tranquilidade, que esses 12 anos dessa medida provisória vem empacando, impactando muito negativamente no desenvolvimento da biotecnologia neste País, uma vez que o recurso público está sendo investido nas instituições — e boa parte gera conhecimento neste País — encalacradas com processo cujas patentes caem, ou os contratos param nas indústrias. Então, alguns fitofármacos, fitomedicamentos que já podiam estar no mercado não estão por conta da insegurança jurídica.

Então, lidar com o conjunto, o escopo desse Código, vendo a displicência do tema como era tratado, era motivo de desmotivação.



Ficamos aqui bastante aliviados hoje com essa informação de que esse tema será abrigado num pacote, junto com a emenda constitucional e outros, para apresentação desse projeto de lei na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Só lembrando que ele vai constar de lei própria.

A SRA. MARIA CELESTE EMERICK - Sim, esse é o ponto que defendemos.

Depois, eu queria entender do Secretário Elias quando ele disse que estava harmonizando um texto com o Ministério do Meio Ambiente, porque isso elucidaria bem o grupo de estudos.

A FIOCRUZ vem trabalhando esse Código. Em breve, esperamos apresentar para os senhores, através da Presidência desta Casa, as nossas contribuições, que não se resumem nesse ponto, e também destacar a questão de um regime diferenciado para compras, a questão de maior mecanismo de promoção entre ICT-Empresa, Reinaldo Ferraz, que é parceiro de 30 anos. Confiamos muito nessa discussão.

O FORTEC está aqui também representado nesta Mesa, da qual a FIOCRUZ faz parte, ajuda a alinhar as posições. Nós também estamos tentando alinhar sempre as posições com a EMBRAPA, com quem trabalhamos conjuntamente nesse tempo todo.

Enfim, destacar que esses pontos, regime diferenciado de compras e aproximação com a ICT-Empresa, precisamos desenvolver muito ainda. Esperamos contribuir bastante para esse debate.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nobre Presidente, só para não perdermos o tempo da emoção da fala da doutora.

Quando eu peço para darmos mais 2 meses para apresentar o PL 2.177 é para termos a segurança de que até lá vão tramitar a Lei do Acesso e o RDC, porque se não tiver nesse prazo, não terá jeito. Eu vou pedir para rabiscarmos alguma coisa, pelo menos, para provocar uma discussão na tramitação.

Por segurança, estou pedindo mais 2 meses de prazo para protocolar, depois que tiver outra coisa andando. Senão nós vamos escrever, sim.

(Não identificado) - Isso sem prejuízo das medidas provisórias?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sem nenhum problema.



(Não identificado) - Pode entrar nas medidas provisórias como emenda?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Como emenda, do jeito que for.

(Não identificado) - ... através do (*ininteligível*)?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não tem nenhum problema.

O que esta Comissão e este Relator estão pedindo é um tempo de segurança. Para o que nós não vamos escrever, a proposição venha do Governo. Se vier, nós vamos discutir lá; se não vier, nós vamos ter que montar uma operação de guerra para estabelecer alguma coisa no PL 2.177, como segurança de que ele só será protocolado se tratar dessas questões também.

A SRA. MARIA CELESTE EMERICK - É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Aguarde só um momento, que a Deputada vai falar.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É só nesse ponto, especificamente.

Quando nós abrimos a questão da Subcomissão aqui, essa questão foi a primeira a ser levantada, do acesso ao patrimônio genético. Foi a primeira questão e a primeira preocupação que nós levantamos na discussão com o Governo. Discutimos, recebemos o Ministério do Meio Ambiente, que nos solicitou não tratar do tema no relatório da Subcomissão.

Nós queremos elaborar uma nova legislação, propor uma nova legislação para acesso ao patrimônio genético, obviamente em parceria. Eles pediram que não o fizéssemos, porque havia um grupo interministerial tratando do tema para apresentar uma nova legislação. E nós aguardamos, não o fizemos, registramos isso no relatório, e até hoje essa legislação não apareceu.

Então, Deputado Sibá, já que tem representação aqui, até como alerta, eu acho correta a preocupação de V.Exa.: se não vier, deve tratar, porque toda vez esse é um problema para nós. E aí o descrédito fica para nós. Entendeu? Então, se o Governo não tomar a iniciativa de fazer, façamos nós, porque senão toda vez é isso: toda vez que nós tratamos do problema, a questão é levantada, isso é de fato um problema grave, e a coisa não se resolve. Para que o descrédito não fique com o Parlamento, vamos tomar a iniciativa, caso o Governo não a tome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Por favor.

A SRA. CLÁUDIA D'ÁVILA LEVI - Bom dia a todos.



Eu sou Cláudia D'Ávila Levi, pesquisadora do IOC/FIOCRUZ e também conselheira regional recém-eleita da SBPC.

Diferentemente de todos os meus colegas que já falaram, eu sou de uma nova geração de pesquisadores, e eu quero começar retomando a fala do Deputado Sibá Machado, porque ele falou algo muito bonito, que o cientista é primeiro um maluco e, depois, um apaixonado. E assim eu realmente me vejo, meio maluca, meio apaixonada pela ciência.

Vim da UFRJ, caí no ambiente da FIOCRUZ. Na UFRJ, como o outro professor falou, há trinta anos, a gente podia gastar e não tinha dinheiro. Eu vim da UFRJ, que não tinha dinheiro, caí na FIOCRUZ, uma instituição riquíssima, e assim que eu entrei, eu estava orientando uma estudante num projeto e me falavam assim: *“Não, esquece. Comprar por esse dinheiro aqui da FIOCRUZ, não vai chegar nunca”*. Jovem, teimosa, apaixonada e louca, eu comprei. E o reagente chegou no final, quando o projeto já estava concluído. Como eu concluí o projeto? Porque eu tinha dinheiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e do CNPq que, por algum mecanismo jurídico, que eu desconheço, não conheço as leis, conseguiam dar talão de cheques na mão do pesquisador. Então, eu chegava lá e comprava: o que eu queria, como eu queria, pelo valor que eu quisesse, importado, nacional etc. E aí isso começou me incomodar muito. A gente está na FIOCRUZ, isso aqui também está ano Brasil também, não está?

A gente estava num colegiado de gestores, em Angra, discutindo a excelência em pesquisa no Instituto, não, na FIOCRUZ, e eu comecei a falar sobre isso: *“Escuta, a gente está discutindo excelência em pesquisa, quando se leva 2 anos para se conseguir um insumo. Não posso fazer isso. É impossível, essa discussão é improdutiva”*. E levantei isso muito fortemente na mesa de discussão de que eu fazia parte, e os gestores foram muito a meu favor, porque eu disse o seguinte: *“Olha, o cientista põe muito o CPF “na reta” — eu uso muito essa expressão — e isso significa que quando eu ganho dinheiro do CNPq ou da FAPERJ, eu dou meu CPF, eu abro uma conta no meu nome, e se eu fizer qualquer bobagem, é o meu apartamento, é a minha credibilidade como indivíduo que é questionada”*. O cientista é tão maluco que ele faz isso. Eu coloco 100 mil, 200 mil reais no meu nome, e quem vai sofrer sanção serei eu. Diferentemente de impunidade, eu serei punida para valer, tendo que vender meu apartamento.



Eu levanto isso porque a questão das compras é o que sempre me afligiu. E eu tenho um pouco de receio em relação ao Código. Eu li o primeiro texto. O primeiro texto eu li, realmente eu não sei como anda agora. E a defesa que se fazia dele era que ele seria a solução dos problemas, e quando eu li eu fiquei deprimida, porque eu falei que daqui a 10 ou 20 anos vão cobrar de nós, cientistas: *“Cadê o grande avanço que você vai dar?”*

Eu estava preocupadíssima. Eu fico muito contente que estejamos tendo essa discussão, e eu rezo a Deus, porque não entendo de leis, não quero entender. E outra coisa que eu queria dizer é que eu queria estar lá no meu laboratório. Eu comentei com a Tânia Araújo Jorge, nossa diretora: *“Eu queria estar lá laboratório agora, eu não queria estar aqui”*. Ex-diretora, perdão, é que mudou recentemente.

Outro fato que eu queria comentar e que chama a atenção é a questão do vamos proteger o mercado nacional. *“Vamos proteger o mercado nacional”*, foi a fala de um Deputado que esteve aqui mais cedo, e eu fico preocupada com isso. O mercado nacional tem que ser competitivo para que eu queira comprar aqui porque vai mais rápido e mais barato. E é muito fácil fazer rápido e barato aqui. A gente não pode é comprar produto de má qualidade porque a lei prevê proteção do mercado nacional. O mercado tem que se proteger por competitividade.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo orador.

A SRA. TÂNIA ARAÚJO JORGE - Bom dia a todos.

Sou Tânia Araújo Jorge, do Instituto Oswaldo Cruz.

É bom que eu possa falar depois da Cláudia, porque ela é da nova geração de cientistas, e a geração, digamos, intermediária, que faz ciência, mas que faz gestão também. Então, como todos os gestores da FIOCRUZ, eu estive por 8 anos na direção do Instituto, e há um ano nós estávamos aqui, neste auditório, fazendo um debate muito acalorado e muito importante sobre como a FIOCRUZ ia enfrentar o problema sobre o qual o Prof. Pinguelli falou muito claramente, do engessamento. Como a FIOCRUZ é muito complexa, vai da pesquisa básica à produção, com todas as gamas do processo produtivo, todo o processo da cadeia produtiva — pré-desenvolvimento, desenvolvimento, necessidade de gestão, necessidade de agilização, de pessoas, de insumos — nós tínhamos esse problema, quer dizer, vamos resolver o quê? O problema da FIOCRUZ como um todo? Vamos resolver o



problema exclusivamente do setor de produção da FIOCRUZ? Farmanguinhos, Bio-Manguinhos?

Nós tomamos uma decisão aqui de propor um PL de criação de uma empresa pública para acomodar e para comportar as operações de Bio-Manguinhos. Mas tomamos uma decisão diferente em relação a Farmanguinhos: criamos para uma só, vamos experimentar esse processo. E foi difícil, foi muito dividido, porque a grande maioria das pessoas tinha muita dúvida em relação a isso na medida em que o problema não é só de um setor da FIOCRUZ ou de um setor da COPPE, é do Brasil como um todo.

O que eu quero falar é sobre a grande responsabilidade que hoje esse PL tem e esta Comissão tem de recuperar no corpo científico do País a esperança de que vai dar para fazer ciência e inovação séria no Brasil. Então, este momento é um momento muito delicado, em que vocês têm essa grande responsabilidade, porque as nossas esperanças estão depositadas nesse processo, porque realmente nós estamos num ponto de inflexão muito importante.

E eu queria destacar, de todas essas experiências, algumas questões. Eu fui retomar o debate que tínhamos feito em junho de 2002, e nós entregamos esse texto, na época, à Comissão. É um texto inicial, em cima da primeira versão, e não da Versão 18. O Prof. Reinaldo entregou a Versão 18 também, nós também, depois discutimos, fizemos algumas contribuições. Mas a primeira pergunta que nos fizemos foi: o quê os pesquisadores gostariam ver contemplados no Código de Ciência e Tecnologia, do ponto de vista dos princípios, das utopias? Nós queríamos ver a autonomia e a liberdade de pensamento asseguradas. Asseguradas no mais profundo sentido, que nós não pudéssemos ser perseguidos ou punidos se estivermos tendo ideia criativa. Então, isso se reflete no uso de recursos públicos para viabilizar essas ideias. Nós queríamos também que isso estivesse contemplado na responsabilidade. Um pouco do que a Cláudia falou sobre essa questão que nós assumimos responsabilidades quando assumimos fazer pesquisa e inovação. E que isso se corrige não com muitas amarras. Quanto menos amarrado ele for e mais genérico, melhor, porque se nós tivermos a correspondente transparência ao final, na prestação de contas, e não ao longo do processo, como disse a Profa. Ângela, em que o que nós abrimos, o que nós não abrimos, como é que nós abrimos, se nós tivermos transparência em relação a isso, vai estar assegurada essa



responsabilidade, vai corresponder a um processo do que foi feito, na prestação de contas.

E um ponto que eu queria inserir dentro disso é que não só o desenvolvimento industrial tem que ser o foco do projeto, mas o desenvolvimento econômico e social como um todo. E aí não só as parcerias público-privadas estão engessadas; as parcerias público-públicas estão engessadas. Então, nós temos de dificuldade de transitar recursos de setor público para setor público, e isso tem que estar previsto no Código. Então, é bom que o Prof. Marcelo Minghelli esteja trabalhando nesse processo, porque ele viu a dificuldade que foi fazer parcerias entre determinados setores público-público para nós simplesmente viabilizarmos pesquisa, inovação, biodiversidade, tudo isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. MARCELA VIEIRA - Bom dia a todos.

Meu nome é Marcela Vieira, sou da DNDi, a iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas. Nós somos uma organização que faz pesquisa e desenvolvimento sem fins lucrativos, orientada para o desenvolvimento de novos tratamentos para atender e combater as necessidades das doenças negligenciadas relacionadas com a pobreza. Então, eu vou trazer aqui uma perspectiva de quem faz pesquisa, mas orientada para a necessidade dos pacientes.

Há mais de 15 anos já foi identificado, em âmbito mundial, um desequilíbrio bastante grande no direcionamento de recursos de pesquisas destinados ao atendimento dessas doenças. Elas são chamadas doenças negligenciadas, mas a verdade é que elas representam 90% dos problemas de saúde do mundo e, por outro lado, recebem somente 10% dos recursos direcionados para pesquisa e desenvolvimento na área da saúde. Então, existe um desequilíbrio bastante grande entre as necessidades dos pacientes, as necessidades de saúde da população, principalmente entre as dos países desenvolvidos e as dos menos desenvolvidos, e o que de fato se gasta dos recursos públicos e privados direcionados para a pesquisa e desenvolvimento na área da saúde.

Esse desequilíbrio ficou conhecido como desequilíbrio fatal, demonstrando a gravidade da situação que a gente tem hoje. Isso já foi identificado há mais de 15 anos, mas a verdade é que até hoje essa situação continua. A gente ainda está nessa realidade de que 90% dos problemas de saúde não têm pesquisa direcionada



para que possam ser resolvidos, e o que a gente vê é que um bilhão de pessoas no mundo sofrem dessas doenças, sem que exista nenhuma pesquisa direcionada para atendimento dessas necessidades.

Algumas iniciativas, como a DNDi, que é uma parceria para desenvolvimento produtivo, estão sendo criadas e tem havido sucesso em atingir alguns resultados pontuais, mas a verdade é que é necessário um novo modelo que, de fato, torne mais sustentável essas pesquisas e que faça com que esses produtos, tão necessários para as necessidades da saúde da nossa população sejam desenvolvidos e possam vir atender essas necessidades.

O que estou falando hoje nesta audiência que está tratando do Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que não vai mais ser código, mas que vai ser um projeto, são exatamente algumas preocupações nossas na análise da primeira versão disponibilizada e que está no *site* da Câmara dos Deputados.

A preocupação é bastante grande na questão do direcionamento das parcerias e das novas cooperações, principalmente entre as instituições de pesquisa do setor público e do setor privado.

O projeto que estava à disposição não traz critérios claros de prioridade de quais são as pesquisas que devem ser feitas pelo Brasil. Então, a gente acredita que é necessário deixar bastante claro, num projeto de lei que traz isso, quais são as áreas de interesse que atendem as reais necessidades do País.

Isso está nos arts. 218 e 219 da Constituição. Então, não pode ser pesquisa para qualquer coisa. É necessário que a pesquisa tenha o objetivo de tratar dos problemas que, de fato, a gente tem hoje, principalmente na área da saúde que a gente vê que são inúmeros os problemas. A gente tem tido algumas iniciativas, no âmbito do Governo Federal, para tratar disso, mas, infelizmente, isso não está se refletindo nesse projeto e a gente está bastante preocupado com isso.

Quando vocês tratam dessas questões no Código é necessário trazer também os critérios de prioridade, porque senão a gente corre o risco de aprofundar ainda mais essa disparidade no direcionamento dos recursos, tornando ainda mais grave esse desequilíbrio.

Por fim, a partir da nossa experiência, quero só fazer outro comentário. É necessário também que uma vez que esses produtos sejam desenvolvidos,



principalmente quando se trata de recursos públicos, eles, de fato, sejam acessíveis para a população que precisa deles.

Algumas pessoas comentaram que precisa haver maior número de patentes das pesquisas desenvolvidas na área da saúde, mas quanto a isso é importante ter bastante cuidado porque, a partir da experiência que a gente tem, a gente viu que as patentes muitas vezes refletem uma barreira ao acesso à população que, de fato, precisa dessa tecnologia.

Então, é preciso também haver um gerenciamento de garantia, algum mecanismo que garanta que principalmente quando a tecnologia seja desenvolvida com recursos públicos haja um acesso público a essas tecnologias para que elas não sejam impedidas de serem utilizadas pelas populações mais pobres e que precisam fazer uso dessas inovações que a gente vai gerar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Antes do próximo orador, eu sei que a vontade de contribuir é grande — das pessoas expressarem aqui suas opiniões —, é imensa, mas os 3 minutos são exatamente para a gente buscar garantir que todos possam falar.

O Deputado Sibá Machado, na condição de Relator, está disponibilizando um *e-mail* que ele vai anunciar aqui para que as pessoas possam mandar, com mais detalhe, sua opinião sobre esse projeto. Está certo?

Com a palavra o próximo orador.

O SR. LUIZ FELIPE RIBEIRO PINTO - Sou o Luiz Felipe Ribeiro Pinto, Coordenador Adjunto de Pesquisa e Ensino do Instituto Nacional do Câncer — INCA.

O Instituto Nacional do Câncer, sediado também aqui no Rio de Janeiro, patrimônio científico e da saúde desse Estado do Brasil, há 20 anos tem um modelo de gestão flexível, em conjunto com a Fundação do Câncer.

Esse modelo faz com que o INCA tenha aceitação como excelente ou muito bom no tratamento de 98% da população que nos procura nesse Estado. Para uma instituição de saúde federal, esses números são impressionantes.

Há 6 anos, a gente, infelizmente, vem sendo pressionado pelos órgãos de controladoria da União para que esse modelo não se perpetue mais e, portanto, eu chamo a atenção dos senhores para a necessidade de maior flexibilização dos



modelos de gestão das instituições de administração direta, principalmente da saúde.

Pelo menos dois modelos de gestão existem há décadas, neste País, um que eu acabei de citar, do INCA; e outro do Hospital de Clínicas do Rio Grande do Sul. Eles vêm dando muito certo e têm experiências de décadas para narrar. Não são propostas, mas são experiências.

Vou citar três exemplos do impacto que nós estamos vendo. Um deles é estarmos discutindo sobre trazer médicos de fora. Tornar-se um especialista na área oncológica demora muito tempo, normalmente nós precisamos de duas residências para ser especialista e mais uma especialização, como, por exemplo, de Oncologia Clínica. Esse investimento na formação do especialista, que falta principalmente nas áreas carentes deste País, no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, é fundamental e em longo prazo.

Nós temos o orgulho de contar com vários profissionais contratados como celetistas trabalhando no INCA há 20 anos. Mas eles estão sendo mandados embora, infelizmente, nós tivemos que mandar quase mil dessas pessoas embora do Instituto Nacional do Câncer. Enfim, temos um contrato que só vai até o final do ano. Para repor esse tipo de profissional e para ele não ir para a instituição privada simplesmente, vai ser muito difícil.

O segundo caso claro da necessidade da flexibilização do modelo de gestão: nós estamos, com o Secretário Gadelha, desenvolvendo uma rede chamada Rede IFAC, talvez vários dos senhores tenham ouvido falar, para justamente desenvolver, inovar e gerar medicamentos oncológicos neste País.

O preço desses medicamentos, dessas drogas-alvo que vêm de fora está um absurdo. São novos medicamentos que salvam vidas. E vou lembrar aos senhores que, em 2020, o câncer será a primeira causa de morte neste País; já é a segunda e será a primeira em 2020, de acordo com as estimativas do Ministério da Saúde.

O preço do diagnóstico e do tratamento é absurdo. A Rede IFAC visa tentar melhorar isso, juntando vários elementos da cadeia produtiva de medicamentos oncológicos do País.

Infelizmente, nós estamos sob pressão desse modelo de gestão, mais uma vez, que nos impõe uma série de barreiras para isso que é uma necessidade imediata para a população, para a balança comercial.



O terceiro modelo, mais simples são dois programas aprovados pela CAPES, para formar doutores em Oncologia: um no Norte — infelizmente o Acre não está, Deputado — onde estavam o Pará, o Maranhão e o Amapá; e outro em Pernambuco, com o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira — IMIP. Nós recebemos dinheiro da CAPES para irmos dar aula ou trazer professores e alunos para o INCA, mas, infelizmente, nós não podemos comprar passagens, justamente pelo engessamento por que nós estamos passando.

Então, a necessidade de maior flexibilização do modelo de gestão dessas instituições da administração direta que fazem ensino e pesquisa é absolutamente fundamental.

Eu vou chamar a atenção dos senhores para a discussão sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSEH. Existem pontos favoráveis ou contrários, mas os modelos existentes e a experiência deles deveriam ser trazidos também.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Não identificado) - Boa tarde. Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer muitíssimo esta oportunidade aos Deputados Sibá Machado e Edson Santos. É realmente uma grande satisfação para nós, todos os que estamos aqui, ver esta reunião.

Para não me alongar, não vou entrar em detalhes, porque depois poderemos seguir o caminho da comunicação por escrito. Eu gostaria de chamar a atenção para um ponto que, eu acho, orientou aqui o debate: a ideia que nós não estamos apenas discutindo desamarragens para a ciência, tecnologia e inovação. Nós estamos discutindo o desenvolvimento do País em todas as suas vertentes; a importância que tem a discussão da ciência e tecnologia; e as condições de realizar.

Eu acho que é isto: ter financiamento e condições de realizar. As várias falas tocaram nesse ponto, e não vou me deter nisso.

Eu queria dizer que nós estamos no Rio de Janeiro, mas a Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição hoje presente em todas as Regiões do País, de norte a sul e de leste a oeste, como tradicionalmente se falava, em termos de mobilização nacional. Então, no que certamente pudermos contribuir para a ampliação deste debate... O nosso Conselho Deliberativo, como disse o Presidente



Paulo Gadelha, tem discutido esse tema, bem como o congresso interno, como afirmaram os colegas que me antecederam.

Eu queria trazer uma preocupação ou mesmo uma reflexão nesta discussão: por um lado, a questão do controle social e mesmo as instâncias que foram abertas com a Constituição, com o Ministério Público vêm numa linha de transparência e de cidadania; por outro lado, a visão desse processo judicial tem que ser realmente colocada de tal forma que seja a serviço de um processo maior de desenvolvimento econômico, social e político do País, que é cidadania também.

Só para completar, eu queria fazer uma observação: amanhã nós vamos discutir aqui esse 1 ano da Lei de Acesso à Informação. É importante o debate do que deve ser protegido nessa lei, e eu acho que a área de ciência e tecnologia deve contribuir também para que não haja essa visão distorcida.

Por fim, quero perguntar como esse debate entre Legislativo e comunidade científica vai se desenrolar. Nós temos uma SBPC este ano, com o tema *Ciência para o novo Brasil*, quando haverá algumas atividades, tanto da Fundação Oswaldo Cruz quanto das várias instituições aqui presentes, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. E é fundamental um aprofundamento disso junto à comunidade científica.

Eu acho que o nosso esforço vai ser de contribuir. As várias falas dos colegas das várias instituições apontam nesse sentido. Quero realmente saudar a iniciativa, e que possamos de fato caminhar rumo a esse fortalecimento da ciência e tecnologia no plano jurídico, que é tão essencial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo orador.

O SR. RODRIGO STABELI - Boa tarde. Sou Rodrigo Stabeli e estou em transição da Diretoria da FIOCRUZ Rondônia para a Vice-Presidência de pesquisa aqui.

Eu gostaria de colocar um tema que foi muito contemplado na fala de Carlos Gadelha, quando ele disse que a inovação tecnológica não está apenas nas inovações radicais, mas também nas inovações necessárias para a importação daquilo que já é inovação lá fora, para redução dos gastos dentro da nossa tecnologia.

Venho trazer um assunto que eu acho importante e que não está contemplado na lei. Sem ciência e tecnologia, obviamente, não existe inovação



tecnológica, então, quando estamos discutindo um PL de ciência e tecnologia, estamos discutindo o desenvolvimento do Brasil.

No Brasil, existe uma assimetria que deve ser considerada no plano político tecnológico e nas políticas públicas de ciência e tecnologia: nós temos 5 mil doutores na Universidade de São Paulo; temos 4.200 doutores na Amazônia brasileira; e temos 282 doutores em Rondônia. Então, não há desenvolvimento científico e tecnológico se não houver agregação dos arranjos produtivos locais e não houver o combate a essas assimetrias.

Não vemos nenhuma menção no PL, que vai se tornar PEC, sobre estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas para a redução dessas assimetrias, que estão sempre no discurso da Presidenta Dilma. Na entrega de máquinas agrícolas agora, lá no Rio Grande do Norte, ela deixou bem claro que existe a necessidade de se fazer o desenvolvimento das assimetrias regionais para o desenvolvimento do Brasil Sustentável.

Então, vejam: o que existe para o desenvolvimento da Amazônia são planos universais, que não são estratificados pela particularidade dos Estados. O Minghelli, que está junto comigo no Conselho Diretor da Amazônia, sabe que temos discutido bastante esse plano. As políticas são muito falhas, e isso me faz dizer que o que existe para o desenvolvimento da Amazônia é vontade política. Tem que se conhecer o local, tem que se enraizar o núcleo duro do conhecimento lá, para se conhecer a realidade local e, a partir daí, fazer a profissionalização do processo econômico dos arranjos produtivos locais.

Esse assunto deve ser tratado dentro do PL, e essas assimetrias regionais têm que ser consideradas. O Ministro Raupp tem tratado desse assunto com bastante propriedade, o que começou lá com o Ministro Mercadante colocando a Rede Nordeste de Biotecnologia — RENORBIO, colocando a Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal — BIONORTE. Mas não existe isso pontuado dentro de um projeto de lei adequado, que dê liberdade de ação para que essas assimetrias sejam atingidas e sanadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo.

O SR. DOMINGOS MANFREDI NAVEIRO - Bom dia a todos. Eu sou Domingos Naveiro, Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia.



Eu só queria abordar dois pontos. Um deles é sobre o Deputado Sibá Machado, que trouxe uma proposta e falou um pouco sobre a questão da divisão do PL em tópicos. Só para reforçar a importância desse tipo de estratégia, hoje nós estamos chegando a uma situação tal que, eu brinco lá, os nossos pesquisadores e tecnologistas estão se cansando — no fundo é isso — de assumir responsabilidade de projetos, de assumir novos desafios. Por mais idealismo, por mais profissionalismo dessas pessoas, nós estamos nos cansando. Então, se houver algum tipo de sinal, algum tipo de melhoria, por menor que seja, isso já vai impactar o ânimo dos nossos pesquisadores.

Outra questão que eu acho que vem também nessa linha é uma conta simples. Hoje nós temos um valor lá no nosso Instituto, que imagino seja a realidade de todos nós, no qual 50% a 60% do tempo do pesquisador é gasto em gestão do projeto. Se diminuirmos isso, ganhamos 50% a 60% do tempo para pesquisar do pesquisador. Então, acho que é uma questão matemática fácil. Eu sei que queremos englobar tudo dentro de um PL, olhando todos os elementos que compõem a questão e que nos afligem, mas eu acho que é fundamental haver avanços passo a passo, para que já haja resultados efetivos.

Um segundo assunto é em relação a órgãos de controle. Evidentemente, também estamos sofrendo agora, como todos. Eu estou num momento lá, com a CGU, discutindo a inovação. Eles leram o *Oslo Manual*, leram o *Frascati Manual* e estão discutindo comigo inovação. Então, quase que eu falei “*Daqui a pouco eu vou ler os preceitos da parte de controle e vou discutir com vocês*”. Só que a gente não tem esse espaço.

Porém há uma posição fundamental, que é a seguinte: os órgãos de controle fazem, sim, um contexto de propaganda para a sociedade, em que a sociedade apoia os órgãos de controle. Você vê todo dia: “*Sessenta milhões foram poupados da sociedade brasileira*”. E nós? O que nós produzimos? Eu sei que é mais difícil, mas nós — e aí eu chamo até a comunidade — temos que fazer um esforço muito grande para traduzir os nossos resultados em melhoria para a nossa sociedade. Eu acho que isso é fundamental, porque nós trabalhamos muito.

É interessante observar que alguns indicadores nossos são ligados ao fato de termos executado 100% do projeto. Mas e o impacto? Quando eu trabalhei num projeto lá em Xapuri, em que fiz uma parte da fábrica de preservativos, o que isso



impactou naquela cidade, naquela sociedade, naquela comunidade toda? Então, acho que temos um esforço muito grande para também reagir de forma tal que possamos trazer a sociedade para o nosso lado.

Era isso. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo.

(Não identificado) - Bom, eu achei muito interessante a estratégia que foi adotada. Eu acho que ela vai dar uma resposta muito mais significativa e segura.

Eu queria também aproveitar para reiterar aquilo que eu já falei para o Deputado Edson Santos e para o Sibá Machado: que a FIOCRUZ, juntamente com o Ministério, vai ancorar e tratar, também de forma mais organizada, o componente da saúde para essas contribuições.

O Rio de Janeiro tem uma densidade também muito forte. Esse é um problema nacional, mas, no Rio, já tivemos experiências anteriores de estarmos juntos, pensando formas concatenadas de trabalhar. Nós poderíamos fazer isso também, como exercício para tocarmos adiante.

A FIOCRUZ fez uma série de sugestões, que nós vamos depois repassar e que dizem respeito desde ao conceito de inovação à questão do regime de compras, sobre a qual eu acho que houve um comentário muito rápido. Estamos extremamente tímidos, mas, com relação ao projeto atual, temos contribuições fortes. Há questões muito importantes também sobre a forma de se tratar a relação público-pública e público-privada na área de encomenda tecnológica, mas eu não vou me apegar a detalhes.

Eu acho fundamental, como Pinguelli e vários outros já falaram, entender essa iniciativa como parte de uma tentativa de reforma do Estado brasileiro, pensando no modelo de Estado que nós queremos para uma área de desenvolvimento

Eis a minha pergunta e sugestão também, porque nós já ouvimos isso em algumas vezes, uma vez que a FIOCRUZ, desde a reforma do Bresser, vem discutindo a questão de modelos organizacionais do Estado brasileiro: como está o diálogo com algumas iniciativas? Isso impacta muito fortemente as Instituições Científicas e Tecnológicas — ICTs públicas, que foram levantadas naquele grupo que fez a Lei Orgânica da Administração Pública.



Por exemplo, um dos temas lá colocado era a repaginação de uma questão muito antiga: a ideia do contrato de autonomia, ou seja, ter contrato de autonomia desde que se tivesse o credenciamento das ICTs. No contrato de autonomia, várias dessas questões, como de orçamento global e ligadas ao controle por resultados e não por processos, estavam implicadas. Então, você poderia ir fechando numa determinada qualificação. Nós sabemos da resistência dos órgãos de controle com relação a isso, porque, mesmo que a retórica deles seja a de controlar produtos e resultados, eles fazem o processo na minúcia.

A última coisa de que eu queria falar é que a gente sabe que é preciso haver uma estratégia progressiva. O Congresso está fazendo isso com grande competência, mas há várias questões que ainda não estão sendo tratadas e são fundamentais, a exemplo do processo de concurso, formação e renovação de liderança nas instituições públicas.

Hoje nós temos uma legislação que não só cria um aparato infernal para se fazer essa capacitação, como também exige que esse processo seja no nível obrigatoriamente inicial de carreira. Isso quer dizer que se fomenta a possibilidade de renovação, mas se não tem a capacidade de atrair lideranças.

Então, acho que existem muitos temas e que não vai ser possível atender a todos por essa via. Mas o que vocês estão fazendo permite que pensemos um conjunto de questões muito mais amplas sobre a reforma de Estado de que o Brasil precisa. (*Palmas.*)

O SR. FELIPE DE CARVALHO - Boa tarde a todos. Meu nome é Felipe de Carvalho e eu sou da organização Médicos Sem Fronteiras, que é uma organização de ajuda médica e humanitária internacional, com presença em mais de 60 países. Nós temos atuado em situações de epidemia, conflitos armados, catástrofes naturais.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a intenção do Governo de focar em inovação, especialmente porque nós consideramos que o sistema de inovação hoje está em crise. Aas nossas equipes médicas, todos os dias, deparam-se com o fato de que medicamentos, diagnósticos e vacinas de precisamos para tratar os pacientes são mal adaptados, ou estão indisponíveis, ou são muito caros.

Então, temos a convicção de que isso é uma consequência do sistema de inovação médica que temos hoje, que é direcionado pelo mercado e não pelas



necessidades de saúde e que depende muito do sistema de patentes para recuperar os custos da pesquisa e do desenvolvimento, cobrando preços altos pelos bens de saúde.

Na nossa visão, inovações médicas bem sucedidas não devem ser medidas pela quantidade de patentes ou pelo tamanho do mercado, mas, sim, pelo fato de a inovação satisfazer as necessidades de saúde não atendidas e gerar mudanças na prática médica.

Em relação à inovação feita por instituições públicas e com recursos públicos, que é um dos temas do projeto, é importante que os resultados estejam em domínio público, senão podemos repetir a situação observada em outros países, nos quais a população paga duas vezes pelos produtos, ou seja, paga pela pesquisa pública e paga pelo resultado final da pesquisa, cobrada a preços altos. Então, nesse projeto deve ser considerado, como garantia, que pesquisa pública não encontre nenhuma barreira, como, por exemplo, patentes, para ser acessível à população.

Também na nossa visão, acreditamos que existem oportunidades reais de se investir em novas abordagens de inovação que verdadeiramente tenham como alvo as necessidades de saúde que estão desassistidas.

Só para dar alguns exemplos com os quais nós nos deparamos no nosso trabalho, medicamentos de tuberculose para crianças, vacinas que possam ser usadas em lugares onde não há refrigeração, são o tipo de inovação que realmente faz falta.

Para terminar, nós vemos que o sistema de patentes funciona incentivando a inovação, pela promessa de se recuperar o que foi gasto com a pesquisa via alto preço do produto final. E nós acreditamos que é realmente possível considerar novos modelos de inovação, nos quais é possível tanto ter inovação quanto acesso. E, em particular, nós apoiamos modelos de inovação, como prêmios, que promovem o que chamamos de *delinked*, que é a separação do custo da pesquisa do custo do produto final. Nós achamos que isso deveria ser considerado no esforço que está sendo feito, pois permite que os incentivos financeiros se direcionem para as necessidades assistidas de saúde, inclusive com melhoras de medicamentos e vacinas existentes, e também garante, ao mesmo tempo, um preço mais baixo e sustentável.



Apreciamos muito a oportunidade de oferecer nossas reflexões em ocasiões futuras e parabenizamos, mais uma vez, a iniciativa do debate promovido aqui nesta Casa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DELSON DA SILVA - Bom dia. Meu nome é Delson, sou pesquisador da FIOCRUZ e atualmente trabalho na Diretoria de Planejamento.

Muitos já falaram o que eu ia falar, então vou ser bem breve. Acompanho a colega e pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz, pois ela tem razão. Lembro uma fala do Deputado, sobre aquela coisa do CPF, quando disse: “*É o meu CPF que está em jogo*”. Como ela falou, é minha família, é minha casa que está em jogo. Nós temos que entender o seguinte: está certo a pessoa ter que tomar seus cuidados, mas não se pode deixar de pensar que deve haver controle. O que está errado não é ter controle, o que está errado é o sistema de controle implantado.

E aí a minha colocação — não sei, Deputados, eu não vi esse ponto na apresentação, porque foi até resumida, mas pode ser que já esteja sendo discutido — é no sentido de que precisamos repensar o modelo de controle deste País, que não pode ser tão individualizado. Eu tremo nas bases ao pensar no poder imenso que um controlador tem, sendo um único indivíduo numa sociedade de 190 milhões de habitantes.

Acho que falta mais controle social, mais participação, e não me refiro a participação como a que vemos em alguns exemplos, criando conferências: “*Fala aí, povo. População, fala aí*”. Isso não é controle social; controle social é participar mesmo, ter o poder de voto, poder de decisão, junto com as autoridades.

Então, eu acho que tem que haver controle, até porque, se não houver controle, do mesmo jeito que existem pessoas que fazem para o bem, também vai se abrir para aqueles que fazem o mal. Quantas dispensas de licitações já foram feitas para obras inacabadas, para estádios de futebol que foram interditados 7 anos depois, mas que não prejudicaram o seu time, Deputado, prejudicaram o meu?

Enfim, temos que pensar que o controle tem que existir, temos que repensar esse sistema de controle e uma maior participação do cidadão, do contribuinte.

Era isso que eu gostaria de apontar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Esgotaram-se as intervenções da plenária. Eu vou passar para o Deputado Sibá e, posteriormente,



para o Srs. Reinaldo Ferraz e Marcelo Minghelli, para que possam fazer suas observações. Assim poderemos encerrar este momento da Comissão Especial.

Ficou alguém esquecido? (*Pausa.*) Há um ali que foi discriminado, e nós vamos incluí-lo agora. Perdão.

O SR. EDSON WATANABE - Eu vou ser rápido. Sou Edson Watanabe; sou Vice-Diretor da COPPE — Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia; sou mais *light* que o Prof. Pinguelli.

Eu queria fazer um comentário com relação ao tempo. O Deputado Sibá falou em 2 meses, que eu acho que é mais do que razoável, mas só queria lembrar que a Constituição está aí desde 1988. Já são 25 anos, e a gente já deveria ter feito isso há muito tempo. Então, que esses 2 meses sejam 2 meses e não mais 25.

Já estou com 32 anos de doutorado, e é praticamente a vida de um pesquisador o tempo entre ter uma Constituição e a regulamentação de um artigo na Constituição. Eu acho que isso não é problema no meu caso, porque, como até falei na Assembleia Legislativa, onde fomos homenageados pelos 50 anos que estamos cumprindo este ano, o meu sonho é voltar lá para comemorar os 100 anos. Eu vou estar com 110, e depois eu me aposento.

Existem vários pontos que a gente anotou aqui e discutiu na COPPE. Um só é fundamental para a gente, a alteração do art. 56, porque foi desencavada agora uma lei lá de 1964, para permitir repasse de recursos das empresas privadas para as fundações. O resto eu deixo para depois.

Eu queria fazer mais alguns comentários. Primeiro, como o Professor Pinguelli falou, um ponto fundamental nessa discussão toda é a gente entender e, não só entender, convencer principalmente os controladores sobre qual é o modelo que a gente quer para este País: se é o professor ficar lá na sala de aula, quietinho, ou é o professor passar o que está aprendendo para a sociedade.

Nós trabalhamos sempre com a ideia de que o professor deve interagir com as empresas, não indo ou trabalhando nas empresas, mas trazendo o problema para dentro, porque aí ele envolve alunos, envolve outros colegas e melhora a universidade. Temos que trazer os problemas para dentro dos muros da universidade. Eu acho que esse foi o modelo criado pelo Professor Coimbra quando ele também criou a COPPE, que diferenciou o Instituto. Acho que é um ponto fundamental.



Há outro comentário que eu queria fazer. Não sei se li na Bíblia ou em algum outro lugar, mas há uma frase que diz que Cristo, quando estava crucificado, disse: “*Senhor, perdoai os controladores. Eles não sabem o que estão fazendo*”. (Risos.)

Eu acho que está na hora de catequizarmos o pessoal. Primeiro, nós temos que definir o modelo que queremos e convencer esse pessoal de que ele tem que ser avaliado. Não tem jeito. Quanto a isso nós somos totalmente favoráveis. Tem que ser controlado, mas com outros olhos, pensando no País e não na nota fiscal do bilhetezinho.

Então, nós precisamos mesmo é de um RDC — Regime Diferenciado de Controle. (Risos. Palmas.)

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu peço só mais uns 10 minutos de tolerância pelo seguinte fato: não pudemos apresentar o conjunto do que foi, decerto, a contribuição de várias outras pessoas. Eu vou pedir, então, que o nosso Professor Marcelo e o Gesil façam um comentário geral, complementando o que já foi dito aqui pelo nosso irmão Ferraz, especialmente sobre certa carta de princípios que achamos basilar para interferir no texto da Constituição, que permita que essa e outras contribuições em lei que surgirão, o que não vai parar nunca, encontrem uma avenida, um caminho, tenham tenha uma linha de condução. A Constituição Federal não pode ser mudada todos os dias, mas é possível mudar as outras regras.

Só vou encerrar dizendo tão é delicada a construção do texto quanto à negociação para sua aprovação e implementação. Se nós não tivermos esses dois cuidados, poderemos ter uma boa carta, mas que ninguém vai ler e muito menos levar em consideração.

Então, é isso. Eu entendo que, a partir desse conjunto de conversas que estamos tendo, estamos elevando o que é o espírito da realidade que o País vive hoje. Nós não estamos aqui, como muito bem dito por vários, discutindo apenas uma legislação de destravamento. Nós queremos — e até peço ajuda para publicarmos artigos na imprensa —, discutir esse assunto. Quem puder entupir a imprensa nacional de argumentos e de considerações, aborde sobre os pontos que quiser, mas diga que o Brasil não pode ficar brincando de fazer desenvolvimento econômico e social. Isso me foi ensinado desde cedo, quando eu entrei para a política: quem não domina o aspecto do conhecimento não dominará os aspectos financeiros, das armas e das estratégias importantes, e, portanto, será dominado.



Então eu queria que tomássemos esse cuidado. O Brasil não quer dominar ninguém, mas apenas não quer ser dominado. Então, precisamos trabalhar muito isso.

Já me despeço aqui de todos. Está ali o endereço eletrônico. Nós não vamos receber as sugestões por pessoa, porque isso nos dará um trabalho do tamanho do mundo. Eu peço — acho que quase todos aqui são vinculados a instituições — que as contribuições passem por uma regra da instituição, para que ela absorva a proposta primeiramente e nós não fiquemos discutindo tanto questões pontuais. Embora eu também tenha medo de empobrecer a ideia, façam isso, porque facilita o nosso entendimento e facilita o nosso processo da negociação. É muito melhor eu dizer que é uma proposta da FIOCRUZ do que dizer que é uma proposta de um pesquisador da FIOCRUZ. Então, espero que possamos fazer isso.

Um companheiro que está nos assistindo pela Internet fez umas considerações. Vou pedir perdão a ele por não lê-las, mas vou ficar com o que ele escreveu aqui na minha mão e vou levar comigo.

Então, Prof. Marcelo e Prof. Gesil, para complementar.

Eu acho que seria bom fazer uma consideração acerca das questões dos princípios.

O SR. MARCELO MINGUELLI - Bom dia a todos e a todas. Só para complementar, algumas das questões que foram colocadas e que, de certa forma, já estão sendo tratadas numa nova versão do PL que a gente iria apresentar. Esse PL trata justamente de algumas questões estruturantes, na nossa concepção. Embora algumas coisas não possam ser elencadas.

Colocou-se aqui, por exemplo, a questão do Plano Bresser Pereira. Aquilo trouxe, e ainda traz, consequências drásticas para nós. Desde Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso, houve uma reestruturação e uma implementação do estado gerencial no Brasil. Isso concentrou, por exemplo, e trouxe algumas consequências: as carreiras de Estado estão concentradas nos órgãos de controle, nas agências, algumas no Poder Judiciário, e não estão nas áreas fim.

Há 10 anos, mudou-se o Governo. A perspectiva era de que o Estado voltasse a ser protagonista da ação social e econômica, só que, no entanto, nós não temos esses instrumentos. Você, por exemplo, não tem carreira de Estado para



médico, você não tem carreira de Estado para professor, você não tem carreira de Estado para pesquisador. Eu faço uma simbologia lá para nossos alunos. Na verdade, é mais ou menos como se o juiz de futebol ganhasse mais do que o Neymar. Ninguém vai ao estádio para ver um juiz de futebol.

Então, esse desequilíbrio precisa ser rearranjado. Não dá para fazer tudo isso. Não dá para fazer uma reforma de Estado com um PL. Mas nós podemos estruturar algumas coisas no PL. E daí o convencimento — na última semana houve o convencimento — de que nós partiríamos para uma emenda constitucional. Perfeito.

Numa emenda constitucional o céu é o limite, pelo menos no que se refere a algumas questões, por exemplo, a caracterização da natureza das despesas. Isso não dá para fazer em PL, porque você não tem como alterar a Lei nº 4.320, que, por algum milagre jurídico, um santo, uma lei ordinária, transformou-se em lei complementar. Embora eu seja da área, Prof. Pinguelli, sempre há um jurista meio babaca de plantão para fazer alguma maldade. Então fizeram ali um processo.

Nesse sentido, nós tentamos contemplar algumas coisas, dentre elas: a centralidade do pesquisador e do professor. Está esculpido numa carta de princípios, ou seja, nós pretendemos positivar esses valores numa matriz axiológica que sirva de sistema para o restante. Essa lei e a proposta de emenda constitucional têm a perspectiva ou têm a intencionalidade de trazer uma força gravitacional para o restante do ordenamento jurídico. E essa força gravitacional para o restante do ordenamento jurídico se faz através de um rol de princípios jurídicos que se transformam, em princípio, a partir do momento da sua positivação. Dentre elas, e aí nós trazemos a centralidade do pesquisador, do professor e das instituições. Esse é um dos pontos. São colocadas claramente a indispensabilidade do pesquisador e do professor e a proteção jurídica.

Nós chegamos ao cúmulo de colocar numa proposta de redação legislativa a boa-fé do pesquisador e a proteção jurídica nas relações jurídicas. Tivemos que fazer isso, inclusive muito motivados pela apresentação do Prof. Pinguelli Rosa no Congresso. Até acho que essa lei vai se chamar Pinguelli Rosa. (*Risos.*)

Outro princípio colocado é a flexibilização e desregulamentação do setor. Concordo com a colega que colocou a Lei nº 8.666. Aquilo é um absurdo. E a proposta que veio no primeiro PL era pior ainda. Então era assim: “Alguém leu a lei.



Bom, tem que alterar isso aqui, tem que fazer alguma coisa”. O que usou de subsídio para fazer? Leu a 8.666 e tentou melhorar. Tem que esquecer a Lei nº 8.666 e partir para outro cenário.

Ainda motivado com a participação do professor lá, eu cheguei ao cúmulo de, numa reunião, sugerir o seguinte: “Não tem processo licitatório, nós vamos flexibilizar, cada instituição de...” Proposta camicase, mas para forçar o contraponto, entendeu? Há um extremo aqui, vem para o outro extremo e vamos tentar ficar no meio do caminho. Não há processo licitatório. Cada instituição de pesquisa e ensino deste País estabelece seu processo licitatório de acordo com o seu conselho superior, o seu conselho universitário, etc. Não ia passar em lugar nenhum, mas ia forçar... porque eles iam enlouquecer diante dessa proposta, iam ficar malucos. Mas o objetivo era esse. E nós íamos chegar a um consenso. Lógico, obedecidos os critérios da moralidade, da impessoalidade, obedecidos os princípios constitucionais, cada instituição pública faria seu processo. Assim, nós traríamos os órgãos de controle.

Bom, não deu para fazer isso, mas nós colocamos também a questão da flexibilização. O Reinaldo está fazendo um trabalho no MCTI, junto com o Ministério do Planejamento, que para mim é essencial, é essa RDC. E, para definir, nós temos que trabalhar muito o conceito de inovação, de produto tecnológico, de serviço tecnológico, o que vai ser difícil.

Por exemplo, no Código de Defesa do Consumidor, o conceito de relação de consumo demorou cerca de 10 anos para se estabilizar na jurisprudência brasileira. Então, nós vamos ter problemas com isso. Se esse conceito não for bem trabalhado e depois divulgado, nós podemos ter alguns problemas nesse sentido. E aí, outra importância: é preciso estar claro que no ordenamento jurídico nós temos normas-regras e normas-princípios. Geralmente, os controladores nesse segundo escalão ficam presos às normas-regras, ou seja, às questões operacionais. Agora, sempre há necessidade, ainda mais diante do ativismo judicial que nós estamos tendo no Brasil — os Deputados não estão muito contentes com isso (*riso*) —, de termos uma carta de princípios normativos que estabeleçam isso. Diante desses princípios, nós podemos ter reações positivas do Poder Judiciário.

Agora, como diria a Escola de Frankfurt, no que se refere à interpretação da norma: norma, no máximo, é uma senhora simpática que você leva para jantar.



(Riso.) Norma não é o texto; é o que se diz do texto. Aí, logo depois da especificação ou da publicação do texto, nós vamos precisar trabalhar na cultura jurídica. E, de novo, o papel do Congresso será fundamental, chamando os órgãos de controle, o Poder Judiciário, para seminários junto à comunidade acadêmica, senão nós não poderemos transformar. Não adianta você ver o novo com os olhos do velho. Então, nós corremos esse risco também.

Acho que consegui. (Palmas.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Queria fazer poucas considerações; o pessoal deve estar bastante cansado. Eu tentei anotar o máximo possível do que foi colocado aqui, essas sugestões, para levar para a discussão do grupo que está auxiliando o Deputado Sibá Machado. Mas é importante que seja seguido esse procedimento que o Deputado Sibá colocou no sentido de que essas contribuições sejam formatadas e enviadas para o grupo.

Não dá para falar de tudo que está colocado aqui, eu acho que também não é esse o espírito, mas esse trabalho, nesses últimos meses, tem sido bastante intenso. E a gente deve agradecer muito ao Deputado Sibá ter aberto o debate à participação da comunidade, para que as ideias realmente chegassem. Já há muita modificação sendo feita.

Eu estava até comentando aqui com o Marcelo que a gente precisa, de alguma maneira, fazer um documento um pouco mais atualizado para passar para as pessoas, para elas saberem pelo que não precisam mais brigar e pelo que precisam brigar. A Claudia Levy tinha colocado ali a sua impressão. Fez o mesmo que eu, um pouquinho antes. Eu estava até comentando aqui com as nossas colegas Procuradoras que participaram do processo de redação.

(Não identificado) - Não diga esse nome, não!

(Não identificado) - Procuradora do bem! (Risos.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Do bem. Tanto são do bem que estão aqui. Nem todos os advogados são maus, pessoal. (Risos.) Temos aqui o Marcelo ajudando a gente, temos a Cristina. (Palmas.) Há gente que passou dias e madrugadas ralando para poder fazer alguma coisa. Obviamente que cada... Eu sou físico, então, compartilho um pouco do vício dos pesquisadores de querer ver as coisas acontecendo rápido. A gente fica pensando no ponto de vista lógico das ações e não entende como certas coisas não são possíveis, não são permitidas.



Na última reunião, eu e o Marcelo ficamos duas horas... Quase que a gente saiu brigando (*riso*), por causa de uma coisa que para nós é muito simples: aquela questão da flexibilização das rubricas públicas nos remanejamentos. É uma coisa que, para qualquer pessoa que já coordenou um projeto, é tão... Não dá para imaginar como é que se proíbe um negócio desse! É legal tudo isso, para quem é curioso, porque a gente aprende coisas novas, mas às vezes a gente fica muito triste. Eu fiquei com a cabeça do tamanho de um trem naquele dia. Fiquei imaginando como temos uma estrutura jurídica que é um arame farpado num pântano, tudo junto, com terreno minado. Tudo junto.

(Não identificado) - Você descobriu como é que proíbe rubrica “a”, rubrica “b”?

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Ah, descobri! Depois a gente pode conversar sob o efeito de muitos chopes. (*Risos.*) É preciso muitos chopes para poder... O negócio é muito complicado. Vai lá para 64 também. É muito parecido.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Vai lá para 64, entra numa coisa que não era lei complementar, que não foi feita para ser lei complementar. Criou-se uma cultura de que é uma lei complementar. É uma zona! Chegamos à conclusão de que, por incrível que pareça, se quisermos desarmar essa bomba, vamos ter que botar alguma coisa na PEC. É uma loucura! É uma loucura! Iguais a essa, há outras loucuras.

Conforme a gente até estava conversando ontem — a gente ficou algumas horas conversando —, o que o pesquisador quer? Como é lá fora? Existe um projeto. Em geral — não é sempre assim —, o dinheiro vem através de um projeto. Esse projeto foi analisado por alguém e foi aprovado. Quer dizer, foi entendido como de interesse público, de alguma maneira. Não é uma coisa que saiu da cabeça: “*Ah, hoje eu quero fazer tal coisa*”. Em geral, é assim; existem outras coisas, mas em geral é assim.

Existe um pesquisador, que é coordenador disso. Em geral, esse pesquisador tem que prestar relatório do que faz, de qualquer maneira. E ninguém, nenhum pesquisador em sã consciência que eu conheço quer deixar de ser transparente com relação àquilo que ele fez, inclusive com relação às ações de gestão. Óbvio. Existem certos cuidados que têm que ser tomados com relação a implicações na propriedade



intelectual que podem resultar dessa ação. Com isso deve-se ter muito cuidado. Mas eu não conheço nenhum pesquisador que tenha algum problema, em princípio, quanto a que as informações estejam disponíveis, para que as pessoas controlem. Ninguém quer descontrole. Acontece que a gente deve querer trabalhar sem gastar 60%, ou até mais, com procedimentos que deveriam ser... Isso para, realmente, o pesquisador poder escolher tecnicamente qual o insumo, o equipamento, seja lá o que ele vai comprar.

Esta deveria ser a regra: eu tenho responsabilidade por um projeto, vou poder usar os mecanismos gerenciais da instituição, ou da fundação, para me auxiliarem nessa tarefa, efetuo essa tarefa o mais rápido possível. Porque tempo é dinheiro, tempo é propriedade intelectual, tempo é ciência, tempo é prioridade na descoberta, isso é tudo para a nossa vida. E, se tudo der certo, se eu fiz tudo certo, eu vou ter um resultado. Esse resultado pode não ser positivo, mas é sempre um resultado. Ciência feita de forma séria, mesmo quando não atinge o objetivo originalmente proposto, é resultado. Isso é o que a gente quer, é o que eu gostaria muito, nesse quesito, nesse novo RDC, atingir.

Existe uma série de outras ações, a questão da profissionalização dos NITs também. Uma coisa muito importante é a profissionalização e o correto ordenamento do pessoal envolvido nas ações. Aí entra essa questão da continuidade dos projetos. Continuidade do projeto é uma das coisas que a gente colocou, inclusive nesses princípios, é central. Eu não posso, com uma norma alienígena, desligar pessoas da equipe, esperar 4 meses para ligar de novo, porque alguma outra norma disse isso.

A norma deve ser voltada para o correto e mais eficiente atingimento dos objetivos de ciência, tecnologia e inovação. Essa é que deve ser a norma. A gente está tentando fazer com que isso ocorra, e a gente precisa da contribuição de vocês, sabendo que não é fácil, porque há todo esse terreno minado.

A gente precisa muito da ajuda dos nossos amigos advogados e juristas, não para dizer que não pode, mas para dizer como é que a gente pode chegar lá. Acho que o fundamental é isso. Não é dizer que não pode porque tal lei não permite. O.k. Por quê? Que lei é essa? Qual é a bomba que a gente tem que desarmar? Qual é o caminho que a gente tem que criar dentro desse lamaçal minado, com arame farpado, em que a gente vive hoje? Isso para que a gente efetivamente não perca



mais tempo, não perca mais gerações e investimento, e não tenha que ficar ouvindo de novo aquela conversa que dói muito: “Ah, existe dinheiro. Você é que não foi capaz de gastar”. Essa é horrível, não é?

É isso que queremos fazer. Vamos ver se conseguimos. Contamos com a ajuda de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Bom, chegamos a termo aqui. Todos vivos! *(Riso.)*

Acredito que conseguimos extrair o máximo de contribuição desta plenária, muito qualificada, aqui no Rio de Janeiro.

Quero dizer que nós compartilhamos também dessa mesma preocupação aqui colocada pelos senhores e pelas senhoras. Os Estados Unidos chegaram hoje à autossuficiência energética. Em pouco tempo desenvolveram uma tecnologia própria para extração do gás de xisto. Aqui no Brasil muito dificilmente, num período de 10 anos, nós conseguiríamos, primeiro, a pesquisa e, depois, a implementação daquela tecnologia que ainda hoje é a caixa-preta dos americanos. Aqui no Brasil, a gente tem xisto na Região Sul, e já há um movimento, uma pressão para que fique sob moratória de 5 anos sem ser explorado, até que se verifiquem todos os riscos ambientais que isso pode ensejar. Ora, o correto é desenvolver a pesquisa, ir mitigando os riscos, mas não privar o Brasil, a sociedade brasileira desse potencial energético fabuloso, que é a energia extraída do carvão.

Então, eu acho que esta discussão na Câmara vem em muito boa hora.

Quanto à questão do controle externo, ninguém é contra. Mas o controle não pode ser empecilho ao desenvolvimento. Estou acompanhando um exemplo, que vai vir à luz do dia em breve, de um investimento feito pela maior empresa brasileira que ficou sob suspeição e está sendo analisado pelo Tribunal de Contas — ele está dentro da empresa fazendo todas as investigações, nos mínimos detalhes. E chega-se à comprovação de que o interesse público foi preservado. Mas, nesse mesmo passo, o Ministério Público abre outra investigação. Ou seja, é um assunto que não se esgota. Eu acho que é preciso que nós dotemos o Estado brasileiro de segurança jurídica para viabilizar as ações tão caras ao desenvolvimento do nosso País e, por extensão, à melhoria da qualidade de vida do nosso povo.



Eu, na condição de Presidente desta audiência pública, agradeço, de coração, a contribuição dos senhores e das senhoras. Foi um prazer recebê-los aqui.

O Deputado Sibá já deixou ali o seu *e-mail* para que, de forma virtual, nós possamos estar juntos dialogando sobre esse tema, que é apaixonante para aqueles que têm a sua vida dedicada ao desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso País.

Era isso. Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)